



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I  
CURSO DE PSICOLOGIA**

**ADELMO DOS SANTOS FILHO**

**REPERCUSSÕES DO RACISMO INSTITUCIONAL NA SAÚDE MENTAL  
DE NEGROS UNIVERSITÁRIOS**

Salvador - BA

2020

**ADELMO DOS SANTOS FILHO**

**REPERCUSSÕES DO RACISMO INSTITUCIONAL NA SAÚDE MENTAL  
DE NEGROS UNIVERSITÁRIOS**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso em Bacharelado em Psicologia ao Departamento de Educação – Campus I – Salvador - Universidade do Estado da Bahia/UNEB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharelado em Psicologia.

Orientadora: Camila Barreto Bonfim  
Coorientadora: Jeane Saskya Campos Tavares

Salvador - BA

2020

**FOLHA DE APROVAÇÃO****BACHARELADO EM PSICOLOGIA****ADELMO DOS SANTOS FILHO****REPERCUSSÕES DO RACISMO INSTITUCIONAL NA SAÚDE MENTAL  
DE NEGROS UNIVERSITÁRIOS**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso em Bacharelado em Psicologia ao Departamento de Educação – Campus I – Salvador - Universidade do Estado da Bahia/UNEB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharelado em Psicologia.

Aprovada em: ...../...../.....

Banca Examinadora:

---

Prof. Dra. Camila Barreto Bonfim - Orientadora  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

---

Prof. Dra. Jeane Saskya Campos Tavares - Coorientadora  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

---

Prof. Dr. Roberto dos Santos Lacerda  
Universidade Federal de Sergipe - UFS

## **DEDICATÓRIA**

Este escrito é dedicado a todos os negros universitários que tiveram as suas trajetórias silenciadas e invisibilizadas. Que seja utilizado como um espaço de voz, representações e, denúncia para essas realidades vivenciadas.

## AGRADECIMENTOS

Antes de agradecer aos que estão em matéria, preciso voltar-me aos cuidados simbólicos e espirituais. Oxum que abre os meus caminhos, Oxóssi que me oferece prosperidade, Ayrá que sempre me deu proteção ou, aos ditos, que me livra do laço do passarinho e me protege da peste perniciosa. Ao meu Erê, Exu, Padilha e Cabloco, que tiveram muita paciência comigo e, ainda assim, sempre estiveram lado a lado.

À minha Mãe, Ana Lúcia que merece homenagens além de um papel, pois sem ela, eu não chegaria à página dois da minha história. Agradeço especialmente à Caroline Ferreira e Rodrigo Souza por caminharem comigo por todo percurso da graduação, sendo pilares poderosos para o meu sustento neste ambiente.

À Camila Bonfim pela orientação, cuidado e parceria em ter aceitado essa condução e seus desdobramentos. À Jeane Tavares pela coorientação, assim como os diálogos e afetos verbais e, a Roberto Lacerda por estar compondo a Banca Examinadora e, além disso, pela amizade oferecida e pelo apoio sempre potente.

Aos professores especiais, que deixaram marcas positivas em minha trajetória, como Kátia Jane, Alba Riva, Marluce Macêdo, Valdélío Silva e Joceval Bittencourt.

Com muito zelo, lembro-me das Instituições que construíram a minha Trajetória Pessoal e Profissional, como a ONG GINA, que fui Coordenador por quatro anos e fiz importantes relações profissionais e amigos queridos, como Everton Góes e Matheus Borba. À LARRPS, Liga que permaneci por quase 2 anos na Presidência e, que foi um grande abraço afetivo para a minha permanência simbólica na Universidade. Neste espaço me aproximei de Victória Andrade, amiga querida e parceira! Assim como Ana Carolina Fernandes e Douglas Mendes.

Sou grato a Valter da Mata pela supervisão em meus atendimentos clínicos na SEPROMI, assim como pelos ensinamentos no Grupo de Estudos AYA. Ao Projeto VIVER, principalmente à Yulle Dantas, pela supervisão, aprendizado, paciência e respeito ao meu tempo de escrita, e à Juliana Dias e Jeane do Carmo, por sempre me acordar entre os cochilos necessários. Ao CEPAlA, à PROAF, à Coordenação Estadual

LGBT e, ao Conselho Regional de Psicologia da Bahia, especificamente ao Grupo de Trabalho de Psicologia e Relações Raciais, onde cresci, aprendi e me aventurei.

Agradeço a Ícaro Cavalcanti, Vivian Carneiro e Eduardo Belanga pelas contribuições acadêmicas e aceitarem o desafio de produzir e publicar bons artigos, ainda na graduação.

Destaco aqui, todos os meus amigos que foram parceiros, tiveram paciência e, acrescentaram muito em minha vida, pelos amores, pelas broncas, pelos ricos diálogos e, pelo respeito ao tempo, pois além de ocupado, sou Capricorniano. Carlos Franco, Pablo Jacinto, Paulo Vitor Navasconi, Maria Clara Araújo, Victória Santana, Monaliza Cirino, Arnaldo Santana, Débora Ferraz e, Wexyza Ferreira. Eu amo vocês.

A todos que contribuíram de alguma forma para sua realização, como Romário Sena, Matheus Asmassallan, Naira Bonfim, João Sarno Novaes, Uilliam de Castro e, Amós Oliveira. Aos que acreditam em mim e, em meu futuro, como Viviane Ferreira, uma grande Mãe e, Yvan Barnei Aguiar, Breno Sodr e e Ton Evangelista.

E finalmente, a todos e todas que participaram das entrevistas. Vocês apresentaram a narrativa principal para trazer à tona as realidades que todos nós, negros e negras, vivenciamos e nem sempre é permitido expressar. Que este estudo possa contribuir com a construção de novas narrativas Institucionais, para que simbolicamente, este espaço pertença a nós.

**Menina Africana (African Girl)<sup>1</sup>**

Eu tenho andado por este caminho  
Por cerca de 35 anos agora, e eu posso te dizer, tem sido um inferno de um passeio  
E eu tenho levado palavras de meu pai que ele disse para mim  
Aprenda a ser sábia, ande com integridade e seja honesta  
E eu posso ouvir a minha avó dizer, criança eu não tenho nada para lhe dar  
Mas que Deus esteja com você, naquela terra distante

Eu sou uma menina africana, bem, eu sei de onde eu estou vindo  
E eu sei quem eu quero ser  
Eu estou tentando desafiar tudo o que dizem de nós  
Nós que temos pele de chocolate

No fundo da minha mente tudo o que posso ouvir são vozes  
Daqueles que estão aqui e daqueles que já se foram  
E eu posso ouvi-los sussurrando, os deuses  
Quando você for para a terra deles, por favor nos represente bem  
E eu posso ouvir a minha avó dizer, criança eu não tenho nada para lhe dar  
Mas que Deus esteja com você, naquela terra distante

Eu sou uma menina africana, bem, eu sei de onde eu estou vindo  
E eu sei quem eu quero ser  
Eu estou tentando desafiar tudo o que dizem de nós  
Nós que temos pele de chocolate

[...]

(Naomi Wachira)

---

<sup>1</sup> African Girl, composição e performance de Naomi Wachira. Tradução de Adelmo Filho.

## RESUMO

Falar sobre as repercussões do racismo institucional na saúde mental de negros universitários é expor as marcas sociais que o corpo negro carrega, e como as Instituições de Ensino Superior (IES) podem ser espaços propensos a potencializar essas violências. Este estudo foi pensado para provocar reflexões e a partir delas identificar como o racismo institucional pode repercutir na saúde mental dos negros universitários, considerando identificar situações de violência racial nesse ambiente; compreender como essas experiências podem apresentar indicadores de alteração na saúde mental e; levantar estratégias de enfrentamento frente às situações apresentadas. Para o processo de produção de dados foi realizado um encontro em formato de grupo focal com oito estudantes da Universidade do Estado da Bahia - Campus I, de diferentes cursos, semestres e turnos. A pesquisa parte de uma análise interpretativa pensada pela hermenêutica-dialética, tendo como base a compreensão do lugar social que o sujeito da pesquisa ocupa, assim como o investigador-intérprete, referindo-se à raça, gênero, classe e sexualidade enquanto elementos estruturais. Com isto, foi possível perceber como o racismo institucional afeta os negros universitários, reproduzindo violências raciais que são estruturais, causando alterações na saúde mental destes estudantes, em seus desempenhos acadêmicos e na forma como percebem os seus corpos. Contudo, ainda que vivenciando essas agressões sistemáticas, os estudantes conseguem montar estratégias de resistência e enfrentamento para permanecer na Instituição de ensino.

**Palavras-chave:** Racismo Institucional; Saúde Mental; Negros; Universidade.

## ABSTRACT

To talk about the repercussions of institutional racism on the mental health of university black people, is to expose the social marks that the black body carries, and how Higher Education Institutions (HEIs) can be spaces prone to potentiate that violence. This study was designed to provoke reflections and from them to identify how institutional racism can have an impact on the mental health of university black people, considering identifying situations of violence race this environment; understand how this experiences can present indicators of changes in mental health and; to raise coping strategies in the face of situations presented. For the data production process, a focus group meeting was held with eight students from the State University of Bahia - Campus I, from different courses, semesters and shifts. The research starts with an interpretive analysis thought by hermeneutics-dialectic, based on the understanding of the social place of the research subject and the researcher-interpreter, referring to race, gender, class and sexuality as structural elements. With that, it was possible to perceive how Institutional Racism affects university black peoples, reproducing racial violence that is structural, causing changes in the mental health of these students, in their academic performance and also in the way they perceive their bodies. Yet, even suffering these aggressions, they set up resistance and coping strategies to remain in the educational institution.

**Keywords:** Institutional Racism; Mental health; Black Peoples; University.

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

LARRPS – Liga Acadêmica de Relações Raciais, Psicologia e Sociedade

SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial

CEPAIA – Centro de Promoção dos Povos Afro-Índio-Americanos

PROAF – Pró Reitoria de Ações Afirmativas

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

IES – Instituições de Ensino Superior

MNU – Movimento Negro Unificado

TCLE – Termo de Compromisso Livre Esclarecido

UPT – Universidade para Todos

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	12
<b>1 Introdução</b> .....	16
<b>2 Raça e o estudo das Relações Raciais</b> .....	18
2.1 <i>Conceituando raça de forma didática</i> .....	18
<b>3 Saúde Mental</b> .....	22
3.1 <i>O racismo como um fator de sofrimento psíquico</i> .....	22
<b>4 Metodologia</b> .....	28
4.1 <i>Abordagem metodológica</i> .....	28
4.2 <i>Procedimento de produção de dados</i> .....	28
4.3 <i>Participantes</i> .....	30
4.4 <i>Procedimento de análise de dados</i> .....	31
4.5 <i>Aspectos éticos da pesquisa</i> .....	33
<b>5 Resultados e discussão</b> .....	35
5.1 <i>Categorias</i> .....	35
5.2 <i>Lugar social</i> .....	35
5.3 <i>Apresentando os resultados</i> .....	37
5.3.1 <i>Racismo Institucional</i> .....	37
5.3.2 <i>Saúde mental e desempenho acadêmico</i> .....	43
5.3.3 <i>Resistência, permanência e enfrentamento</i> .....	45
<b>6 Considerações Finais</b> .....	51
<b>Referências</b> .....	54

“Eu estou tentando desafiar tudo o que dizem de nós.”

Naomi Wachira

## APRESENTAÇÃO

A partir deste momento, apresento a minha trajetória enquanto negro universitário e figura de investigador-intérprete. Falo do lugar que o meu corpo referênciava: um negro, jovem, com 25 anos de idade, cisgênero, homossexual, nascido e criado em um bairro periférico da cidade de Salvador-BA e frequentante do Candomblé, uma religião de matriz africana. Este trabalho é uma expressão do meu corpo no espaço acadêmico – destacando-se a raça –, de todas as marcas que carrego e das estratégias de resistência e enfrentamento que construí para não desistir, para não ser mais um refém ou vítima do sistema.

Onde resido, fui um dos primeiros universitários e, até então, não há muitos; na verdade, atualmente sou o único. Em forma de rede, onde um puxa o outro, pretendo desenvolver projetos para levar outros jovens negros ao ambiente acadêmico. Este estudo é pensado não apenas para este momento, mas para gerar resultados e contribuições futuras. A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) precisa atentar-se aos corpos negros que ocupam seu espaço, não apenas com políticas materiais, mas também considerando as dinâmicas simbólicas existentes.

A universidade foi um espaço essencial para o meu processo formativo, tanto pessoal quanto profissional, e, por meio dos acessos e conteúdos proporcionados, foi possível fortalecer a construção de uma identidade racial que vai além do tom da pele. A vida universitária me fez perceber o lugar pensado para o negro dentro da instituição. Um exemplo disso foi o dia da minha matrícula: pela primeira vez, pisava em um ambiente universitário e, por ser estudante cotista, precisava apresentar os contracheques de um dos meus responsáveis. Levei os da minha mãe. Infelizmente, um dos meses estava atrasado, e, por isso, não pude efetivar a matrícula. Após o ocorrido, afastei-me da sala para resolver a situação e, ao retornar, uma colega que aguardava na fila contou que, durante a minha ausência, uma das funcionárias responsáveis começou a reclamar em voz alta: "Por isso que eu estudei, para não precisar de cotas".

Esse não foi o único momento em que o meu corpo negro foi agredido. Em minha primeira semana de aula, enquanto caminhava para o ponto de ônibus com um colega de turma, falávamos sobre nossas famílias. Em determinado momento, ele perguntou se a minha mãe era uma pessoa "civilizada", por não ter uma graduação. Nas semanas seguintes, um professor fez comparações em sala de aula para ensinar a turma a identificar uma pessoa pobre e uma pessoa rica. Apontou para mim ao se referir ao pobre, comentando sobre o meu cabelo, a minha camiseta e as minhas sandálias, enquanto o outro, um menino branco, foi considerado por ele rico, pois tinha cabelo loiro ondulado e usava sapatos bonitos. O racismo recreativo (MOREIRA, 2018) ainda é considerado uma forma de humor no Brasil, sendo necessário repensar o impacto dessas agressões sobre as minorias sociais. Essa forma de violência racial causa danos diretos às subjetividades negras e, mesmo dentro da universidade, discursos como esse expressam, ainda que de maneira velada, a mensagem: "Este não é o seu lugar".

Lembro-me das diversas vezes que fui rejeitado por colegas. Houve um momento, em uma roda de estudantes brancos, em que todos ganharam brigadeiro de outra aluna. Apesar de pertencer à mesma turma e conviver diariamente com eles, essa colega olhou para mim e fechou a tampa da vasilha. Ela também se recusava a fazer trabalhos comigo, pois eu "errava demais". Pode parecer insignificante ou até sem más intenções, mas, para um corpo negro que sofre violências sequenciais, um pequeno tropeço pode gerar uma queda perigosa.

Uma professora teve um impacto muito marcante nesse processo, mas de forma negativa. Ela sempre me chamava para perguntar se eu não gostaria de desistir da disciplina. Foram três vezes no total. Segundo ela, eu parecia não estar aproveitando o suficiente e, por isso, não teria uma experiência proveitosa. Além disso, ela frequentemente me utilizava como exemplo em suas piadas em sala, mesmo quando não havia relação com a disciplina. Após repetir a matéria, percebi que ela fez o mesmo com outra estudante e o que tínhamos em comum era a cor da pele. Outra professora, durante uma prova em grupo, exigiu que eu a fizesse sozinho, pois queria "testar os meus conhecimentos". Houve ainda aquela que não compreendia o que eu dizia durante apresentações, mas entendia perfeitamente quando um colega branco repetia minhas palavras com um vocabulário mais elaborado, que eu mesmo não compreendia.

É possível que alguns ainda digam: "Isso não tem a ver com racismo", "não tem a ver com a cor de pele dele", "essa é a dinâmica da universidade e é preciso se adaptar", "passei por isso e estou aqui", "apenas os fortes sobrevivem". No entanto, esses discursos são racistas, classistas e opressores. Mas como identificar e descrever essas atitudes como racistas? Guimarães e Podkameni (2012) explicam que os códigos racistas presentes no imaginário sociocultural brasileiro funcionam como símbolos que "parecem" invisíveis, pois nem sempre são explícitos. No entanto, são sentidos e vivenciados por pessoas negras, que são colocadas como diferentes, menores ou inferiores. Por serem "invisíveis", esses códigos são frequentemente negados, causando sofrimento profundo em quem os vivência.

Das marcas que o meu corpo carrega, a universidade proporcionou várias, algumas ainda não cicatrizadas. Certos processos são mais lentos. Foi assim que percebi o lugar reservado ao negro universitário dentro de uma instituição de ensino superior, mesmo sendo ela uma das mais negras do país e contando com diversas propostas de inclusão e permanência (STEIN, 2016).

É muito difícil esforçar-se para mostrar que é melhor do que pensam, para romper barreiras e provar que o lugar do negro não é aquele que a sociedade brasileira lhe impõe. Muitas vezes, sinto meu corpo cansado, minha mente exausta, mas sei que não faço isso apenas por mim, mas por todo o grupo social que minha pele representa, pelas gerações que virão e por melhores garantias de acesso e permanência. Confesso que, em diversos momentos, penso em desistir. Tenho vontade de parar, descansar e tornar tudo mais simples, mas a sociedade não permite. Ainda não possuo acessos suficientes para descansar sem me preocupar com o futuro.

Gostaria de ter um sobrenome que demarcasse minha estrutura familiar. Gostaria de me locomover pela cidade sem tantas baldeações. Gostaria de ter um computador melhor para me dedicar aos estudos. Gostaria de morar em um bairro mais silencioso, para não precisar estudar durante as madrugadas. Gostaria de não precisar trabalhar tanto para me manter na universidade.

As dificuldades me fizeram perceber que eu precisava ser melhor para não ser engolido, e uma das formas que encontrei para me capacitar foram as atividades extracurriculares.

Elas me proporcionaram diferentes saberes, inclusive a possibilidade de conhecer e respeitar meu corpo e entender como a estrutura social o afeta. Assim como Alicia, uma das entrevistadas de Grada Kilomba (2019), foi por meio das trocas com outras pessoas negras e dos estudos que sobrevivi. Os eventos organizados, os relatórios de iniciação científica, as participações em grupos de estudos e estágios, as noites de conversa nas mesas e até as rodinhas de bar proporcionaram experiências de construção para um corpo negro resistente. Essas vivências trouxeram conquistas que me fizeram perceber a necessidade de não seguir só e, no fim das contas, poder dizer: eu consegui.

## 1 Introdução

Falar sobre as repercussões do racismo institucional na saúde mental de negros universitários é expor as marcas sociais que o corpo negro carrega e, como as IES podem ser espaços propensos a potencializar essas violências, causando um alto nível de sofrimento psíquico entre os universitários que as ocupam.

Por se tratar de uma realidade comum entre os negros que vivenciam a experiência universitária, este tema foi pensado, por isso, a necessidade de apresentar dados e informações que demonstrem essas situações, utilizando esse material de forma denunciativa e como promoção de mudanças, neste e, em outros ambientes.

Para produção de dados da pesquisa foi utilizado o método de grupo focal, por ser uma técnica que facilita o processo de troca e de acolhimento entre o grupo (ARANTES; DEUSDARÁ, 2017), e pela sensibilidade do assunto, pensou-se sobre a necessidade de acolhimento coletivo, de aquilombamento. Durante a execução do grupo foi possível perceber as diferentes narrativas atreladas à questão racial, e a dinâmica do grupo foi mediada para o processo de nomeação das atitudes e das dores, para que através disso, fosse possível compreender a realidade e sugerir mudanças.

Como prática interpretativa, a hermenêutica-dialética foi escolhida, e por esse motivo demarquei o lugar social que o meu corpo representa. A hermenêutica-dialética se expressa como a arte da compreensão, sendo necessário que o investigador-intérprete compreenda que o sujeito da pesquisa é uma expressão do seu tempo e do seu espaço cultural. Ele exprime um movimento que é necessário entender a realidade que se expressa, entender o outro e entender-se na realidade do outro. Por isso é necessário buscar as diferenças e as semelhanças entre o contexto do sujeito da pesquisa e o contexto do investigador-intérprete (MINAYO, 2014; RIBEIRO, 2017).

Com isso, foi possível provocar reflexões e a partir delas identificar como o racismo institucional pode repercutir na saúde mental de estudantes negros universitários. Considerando identificar situações de violência racial nesse ambiente; compreender como essas experiências podem apresentar indicadores de alteração na saúde mental e; levantar estratégias de enfrentamento frente às situações apresentadas.

A revisão de literatura é dividida em dois capítulos, cada um com seus subcapítulos. O primeiro, intitulado *Raça e o Estudo das Relações Raciais*, apresenta um apanhado histórico que descreve o termo “raça” e sua trajetória. O segundo capítulo trata da *Saúde Mental* e aborda o racismo como um fator de sofrimento psíquico.

Pretendo utilizar as palavras como um espaço de visibilidade e ressignificação, trazendo as narrativas dos que vivenciam o racismo institucional. Mostrando novas histórias. Neste espaço, demonstrarei que o racismo não é um problema de ordem pessoal, mas corresponde a uma estrutura social que se reflete no campo institucional. Espera-se apresentar benefícios para os negros universitários, de forma a oferecer uma base de dados teóricos e práticos que possam ser utilizados como forma de cuidados à saúde mental, preparando as instituições para recebê-los e auxiliando em seus processos de adaptação, afiliação e permanência.

## **2 Raça e o estudo das Relações Raciais**

### *2.1 Conceituando raça de forma didática*

Para entender a concepção de raça é necessário traçar uma linha do tempo e, compreender o seu surgimento de forma temporal, passeando pela historicidade biológica e identificando a sua aplicação social na contemporaneidade. O termo raça foi um divisor de águas para a construção das sociedades, principalmente a brasileira, que se estruturou através de ideias racialistas e racistas, atingindo diretamente a realidade da população negra no país.

O termo de raça tem a sua origem no latim, significando sorte, categoria ou espécie. Os estudos sobre a temática surgiram inicialmente nas áreas da Zoologia e da Botânica para classificar os animais e os vegetais, mas não demorou muito para ser utilizado entre os seres humanos. A primeira classificação racial dos homens atribuída à suas características físicas, surge em 1684, com a publicação do livro, a “Nouvelle division de la terre par les différents espèces ou races qu'il habite” (Nova divisão da terra pelas diferentes espécies ou raças que a habitam), de François Bernier, sendo uma representação de grande mudança social para o processo de hierarquização dos povos. Nos séculos XVI e XVII, a raça era utilizada na França para determinar descendências e linhagens, construindo uma relação de poder entre as classes sociais, entre a nobreza e a plebe, percebendo os nobres como os seres dotados de pureza e aptidões naturais, enquanto a plebe poderia ser dominada e até escravizada, por não ser dotada de tal pureza. (MUNANGA, 2003; SILVA SANTOS et al., 2010).

O século XV foi marcado pelas explorações mercantis, levando o europeu a conhecer outros povos, entre esses, os ameríndios, negros e os melanésios. No século XVIII, os europeus passaram a refletir sobre a representação desses outros, questionando a sua própria humanidade, utilizando o conceito de raça já formulado pelas ciências naturais. O racialismo foi uma das formas encontradas para representar esses outros, legitimando a divisão as raças através dos tipos biológicos de seres humanos, fortalecendo um campo doutrinário de legitimação do discurso da dominação racial (GUIMARÃES, 2003; MUNANGA, 2003; OLIVEIRA FILHO; SANTOS; SOARES, 2010).

Segundo Guimarães (2003), o que chamamos hoje de racismo não existiria sem a ideia das divisões raciais humanas, essa conceituação fundamentou o racismo doutrinário, que serviu de apoio para justificar “[...] posturas políticas insanas, de efeitos desastrosos, como genocídios e holocaustos.” (p. 93).

Em 1758, Carolus Linnaeus cria a taxonomia do termo *homo sapiens*, reconhecendo quatro variedades do homem, sendo:

1) Americano (*Homo sapiens americanus*: vermelho, mau temperamento, subjugável); 2) Europeu (*europaeus*: branco, sério, forte); 3) Asiático (*Homo sapiens asiaticus*: amarelo, melancólico, ganancioso); 4) Africano (*Homo sapiens afer*: preto, impassível, preguiçoso) (SILVA SANTOS et al., 2010, p. 122).

Essas definições foram criadas a partir do nível de melanina da pele, através da perspectiva discriminatória de Linnaeus, entendendo que a cor de uma pessoa poderia construir o seu sentido moral, em aspectos psicológicos e sociais. Divisões como essa, vêm auxiliando na disseminação de uma história única a respeito da população negra, à exemplo, quando em 1561, o Mercador Londrino John Lok velejou pela África ocidental e retratou os africanos negros como animais que não têm casa e, povos sem cabeça, com a boca e os olhos no peito, construindo a imagem de pessoas monstruosas, aberrações ou animais (SILVA SANTOS et al., 2010; ADICHE, 2019).

É considerável falar sobre as bases do processo racista, sendo Arthur de Gobineau um dos maiores pensadores da época, ao tratar do pessimismo social. Em 1851, ele lançava um livro sobre as raças humanas, intitulado “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas”. Conforme Herman (1999), teorias anteriores já hierarquizavam o ser humano, mas os pensamentos de Gobineau montaram bases para a concretização dessas ideias, associando a história racial à história cultural. Esse livro traz assuntos relacionados a pureza sanguínea, incluindo o que chamara arianismo, uma raça branca europeia com ancestralidade aborígine. Essas bases foram utilizadas para justificar assassinatos em massa, como o extermínio ocorrido na Segunda Guerra Mundial, onde a humanidade havia perdido cerca de 50 milhões de pessoas, sendo aproximadamente 14 milhões em campos de concentração nazista. Nesse período se começava a ter notícias sobre o Holocausto, que traduzia o desejo de aniquilação dos povos judeus, assim como dos negros, latinos, ciganos, mestiços, homossexuais e prostitutas, defendendo que as ações eram tomadas pelo bem da nação (MANFRIM et al., 2015a; 2015b).

No século XIX surgem outras formas de categorizar as raças, não sendo apenas pela quantidade de melanina na pele, acrescentando as características fenotípicas, como o formato dos lábios, nariz, textura dos cabelos e formato do crânio, a exemplo, os estudos de craniometria, iniciados por Nina Rodrigues. Em 1912, alguns critérios

biológicos entraram em processo de desuso, pois, o Antropólogo Franz Boas, que identificou nas características do crânio humano variações de acordo com a influência do meio, e não apenas por questões raciais (NEVES, 2008).

No século XX cientistas da genética humana descobriram alguns fatores na hemoglobina que influenciavam em doenças hereditárias, acometendo algumas raças mais do que outras, e que marcadores genéticos de uma raça, também podem ser encontrados em outra, como a anemia falciforme que acomete com mais frequência a população negra, mas também atinge a população branca. Com isso, é possível perceber os desencontros gerados na genética humana, biologia molecular e, bioquímica, levando os estudiosos da área a acreditarem que a realidade biológica de raça não existe, devido a grande variação existente entre elas. Hoje, o conceito biológico é inutilizado, as ciências naturais comprovaram que as diferenças genéticas entre os seres humanos são mínimas e é impossível definir geneticamente as raças humanas. Teorias que utilizam dessa base teórica, não possui o menor respaldo científico (GUIMARÃES, 2003; MUNANGA 2003; NOGUEIRA; FELIPE; TERUYA, 2008).

Após a tragédia da Segunda Guerra Mundial, organizações nacionais e universais se mobilizaram para repensar as “raças” e as relações raciais, definindo esse conceito como limitado para classificar os seres humanos em ordem biológica, sendo utilizado a partir disto como um conceito social, reivindicado pela sociologia. Em 1970, o termo é ressignificado pelo Movimento Negro Unificado (MNU), que o utiliza para explicar a construção das relações sociais entre as pessoas brancas, negras e indígenas no Brasil (GUIMARÃES, 2003, 2009; SILVA SANTOS et al., 2010).

Pode-se observar que o conceito de raça aplicado na contemporaneidade, nada tem de biológico, trata-se de uma concepção político-ideológica que demarca as relações de poder socialmente construídas, sendo raça um conceito utilizado cotidianamente para delimitar discriminações causadas por “... cor e compleição física” (GUIMARÃES, 2009, p. 21). Segundo Munanga (2003) a ideia fictícia de raça, é disseminada através do imaginário popular, criando a ideia de “raças sociais”, reproduzindo e realizando a manutenção dos racismos cotidianos.

Uma discussão relevante é o uso do termo raça, que por muitos sociólogos passa ser utilizado como etnia. A conceituação do termo como etnia diminui a possibilidade de distinções analíticas e, dificulta o processo de análise da situação ao invés de criar estratégias de resolução. Etnia é um termo muito mais amplo do que raça, compreendendo fatores culturais como nacionalidade, afiliação tribal, religião, língua e

outras tradições de um grupo. Quando se fala de lugar, trata-se de etnia, os termos não possuem semelhanças diretas e apenas a conceituação de raça abarca as características fenotípicas de um grupo, podendo gerar garantias de direitos às lutas sociais (GUIMARÃES, 2003, 2009; SILVA SANTOS et al., 2010).

[...] se torna muito difícil imaginar um modo de lutar contra uma imputação ou discriminação sem lhe dar realidade social. Se não for à "raça", a que atribuir as discriminações que somente se tornam inteligíveis pela ideia de "raça. Atribuindo-as a uma realidade subjacente que não é articulada verbalmente, ou a formas mais gerais e abstratas de justificar estruturas de dominação? (GUIMARÃES, 2009, p. 27).

Entende-se a ideia de raça como um conceito social quando aplicado à contemporaneidade, não devendo ser utilizado para discriminar ou atribuir características biologizantes, principalmente quando associadas aos valores culturais e morais de um grupo. A associação à questão sanguínea é considerada ultrapassada, assim como as características físicas, a fim de justificar comportamentos sociais. O termo raça é utilizado no Brasil para a garantia de direitos e aplicação de políticas públicas para a população negra, se diligenciando para conquistas de uma equidade social.

Este estudo representa a materialização de todo esse percurso histórico, traduzido em uma das diversas formas de violência racial: o racismo institucional. Trata-se de uma prática discriminatória sistemática presente nas estruturas institucionais, resultando na desigualdade racial, independentemente da intenção dos agentes envolvidos. O racismo institucional se manifesta em políticas, normas e condutas que dificultam o acesso de grupos raciais e étnicos a direitos básicos, como educação, saúde e mercado de trabalho, perpetuando desigualdades históricas sustentadas pela trajetória dessas minorias ao longo dos séculos (ALMEIDA, 2019). O Autor também comenta que "o racismo institucional não depende da ação direta de indivíduos racistas, mas opera de maneira estrutural, favorecendo grupos privilegiados e prejudicando grupos racializados".

### 3 Saúde Mental

#### 3.1 O racismo como um fator de sofrimento psíquico

Para compreender como o racismo pode ser um fator associado ao sofrimento psíquico da população negra, é necessário compreender o contexto social que este grupo está inserido, o seu percurso histórico e suas características geracionais. Trabalhar com saúde da população negra, é ter sensibilidade para entender a estrutura racial do Brasil, e o seu impacto na construção dos sujeitos e dos grupos.

A trajetória dos negros de África ao Brasil é marcada por desigualdades e resistências. Povos advindos de diversas regiões do continente Africano foram trazidos para as Américas, enviados para os engenhos e lavouras de cana-de-açúcar no período colonial. Por quase quatro séculos as principais atividades econômicas brasileiras tiveram como base o trabalho do negro em situação de escravidão. Nesse processo, diversos ancestrais presenciaram seus filhos, amantes e amigos sendo vendidos, apanhando ou sendo mortos sem razão. Em seu total, entre mortos e escravizados a África perdeu cerca de 70 milhões de pessoas. Nesse processo, a mistura proposital de línguas, culturas, tradições e religiões, geraram um processo de aculturação, ou seja, um apagamento identitário (NOGUEIRA, s.d.; HOOKS, 1994).

A mistura de diferentes etnias com línguas e culturas diferentes era utilizada como estratégias de dominação, de modo que o grupo estivesse impossibilitado de comunicar-se. Segundo Nogueira (s.d., p. 2) “[..] é muito mais fácil submeter uma pessoa à situação de escravidão se ela se encontra fora do seu território, encontrando-se em um contexto geográfico e cultural totalmente distinto, sofrendo todos os horrores possíveis”. Esse corpo que estava em tráfico, é descaracterizado e, além disso, animalizado, das mais diversas formas.

Após o processo de aculturação, inicia-se a transculturação, um termo utilizado por Isildinha Nogueira para descrever a formação de uma nova identidade negra, que define novas formas de existência e resistência. Se fala sobre a formação de uma identidade pela importância do movimento geracional e transgeracional que a atravessa. Nesse processo, reflete-se a transmissão de princípios passados sucessivamente.

Após a promulgação da “Lei Áurea”, a população negra encontrava-se sem acesso à educação, emprego ou moradia, os negros continuaram excluídos e despossuídos socialmente, e nenhuma política de inserção social foi pensada. Vagavam desorientados, sem condições de autossustento e sem trabalho no campo. Os negros

do Brasil foram mantidos em um lugar subalterno, nas classes sociais mais carentes e mais precárias, desde as senzalas aos quatinhos das empregadas. Ser negro na sociedade brasileira contemporânea corresponde a um código social que carrega diversos significados, geralmente remetidos a posições inferiores socialmente.

Pensando na construção da subjetividade a partir do olhar do outro, se imagina como encontra-se a subjetividade da pessoa negra em uma sociedade hierarquizada. É como carregar o peso do imaginário social que lhe atribui o lugar de inferioridade, e assim, não tivesse chances de ultrapassar outras barreiras (NOGUEIRA, s.d.; SILVA, 2004; ALVES; JESUS; SCHOLZ, 2015; SILVA, 2017).

Entende-se que a identidade e as questões geracionais, estão diretamente relacionadas à saúde mental, bem como o racismo está atrelado ao sofrimento psíquico. A estrutura racial do país despersonaliza as pessoas negras. Não possuem uma identidade racial, tampouco conhecem a sua história, por isso, diversas pessoas negras se autodeclaram como brancas. Segundo Bell Hooks (1994), estar em uma sociedade onde a supremacia branca prevalece, a vida do negro é permeada de questões políticas que explicam a interiorização do racismo e de um sentimento de inferioridade. Em uma sociedade racializada, que as pessoas negras não sabem o que é o racismo e como o processo histórico as afeta, as pessoas negarão a sua identidade racial. No Brasil, a realidade do negro ainda tem sido esta:

Embora juridicamente capazes de ocupar um espaço na sociedade, os negros eram, de fato, dela excluídos, e impedidos de desfrutarem de qualquer benefício social. Foram marginalizados, estigmatizados, marcados pela cor que os diferenciava e discriminados por tudo quanto essa marca pudesse representar (NOGUEIRA, s.d., p.4).

O fenômeno racial é sempre atualizado ao longo dos tempos, influenciando nos acessos e oportunidades, logo, o racismo cria e potencializa vulnerabilidades. Na contemporaneidade, a memória social continua a manter a população negra do Brasil em um lugar separatista, impondo barreiras que os façam acreditar desde pequenos que a sua posição é de subalternidade (SILVA, 2017).

Os séculos de escravização da população negra influenciaram negativamente na inserção dessa população na sociedade brasileira, contribuindo para um desigual e desfavorável acesso a direitos e oportunidades, inclusive de saúde. Estas características se refletem no quadro epidemiológico dessa população, evidenciando iniquidades e vulnerabilidades no acesso às condições promotoras de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 14).

A partir disso, é necessário refletir sobre as desvantagens sociais que os negros brasileiros estão submetidos, podendo perceber como esse fenômeno gera disparidades em saúde, sendo esta, segundo Braveman (2006) uma área da epidemiologia que estuda a distribuição de doenças e fatores de risco em diferentes populações e grupos que estão em situação de desvantagem social.

Populações que foram expostas a grandes traumas por um período de tempo, podem ter influências em seus padrões de comportamento quando comparados a grupos não expostos. Situações como a escravidão e o holocausto deixaram traços indelévels na vida dos sujeitos e dos seus grupos, gerando alterações em suas identidades culturais, resultando em um prejuízo emocional e psicológico durante a vida. A ideia central do trauma histórico é a premissa de que populações historicamente submetidas a um trauma por longos períodos apresentam prevalência de doenças através das gerações, mesmo após a ocorrência do trauma (BRAVE HEART, 1999; SOTERO, 2006; ALEXANDER, 2011; BRAVE HEART, DEBRUYN, 1995, apud LACERDA et al., 2012).

Os sintomas associados com trauma histórico são baseados em concepções da "síndrome do sobrevivente" incluindo sintomas de negação, despersonalização, isolamento, somatização, perda de memória, agitação, ansiedade, culpa, depressão, pensamentos intrusivos, pesadelos, entorpecimento psíquico, e culpa do sobrevivente. Além desses, estão incluídos: pouca tolerância emocional, hipervigilância, abuso de substâncias químicas, fixação no trauma, criação de novas situações de traumatização, e identificação com a morte (BRAVE HEART, 2001, apud LACERDA et al., 2012, p. 5).

Segundo os dados da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2017), entre as doenças físicas que mais afetam os corpos desses sujeitos, estão a anemia falciforme, que os acomete entre 6% e 10%, a diabetes mellitus (tipo II) que é a quarta principal causa de morte e de cegueira adquirida no Brasil, atingindo em torno de 50% a mais as mulheres negras, a hipertensão arterial que atinge mais ao público masculino e tende a ser mais complicada em negros e, a deficiência de glicose-6-fosfato desidrogenase, que resulta na destruição dos glóbulos vermelhos, levando a anemia hemolítica.

Por se encontrar em maior situação de vulnerabilidade social, reflete-se sobre a necessidade de cuidado com os corpos negros, e, a ineficácia do SUS em investir e cumprir políticas específicas, pois a ausência desse investimento gera sofrimentos não

apenas para o sujeito, mas para todo o seu grupo social, principalmente o seu núcleo familiar.

Se as doenças físicas afetam os corpos, também gerando sofrimento psíquico, os preconceitos e discriminações afetam as subjetividades, podendo causar depressão, desmotivação e baixa autoestima (LAGES et al., 2014).

Quando o foco se dirige para a saúde da população negra no Brasil, a situação se torna mais grave, pois além dela ocupar a camada social mais atingida pela pobreza, que por si só já causa uma série de doenças, é a ela adicionada o racismo existente no país, que afeta igualmente a morbi-mortalidade desses coletivos (ibidem, 2014, p.2).

A desigualdade social e o racismo provocam diversos tipos de sofrimento psíquico, e por vezes, podem desmotivar ações de resistência e luta para superá-las. Quando a desigualdade é adicionada ao racismo, o sofrimento assume uma dimensão ainda maior, e este é o caso da estrutura brasileira (SAWAIA, 2008). Esta dimensão racial pode afetar a saúde mental de algumas formas, entre elas de maneira institucional, afetando a mobilidade social de uma pessoa negra, assim como as experiências de racismo direto podem causar alterações psicológicas e fisiológicas. O racismo é diretamente associado a transtornos mentais comuns, a crença de disseminação de estereótipos culturais negativos, produz ações desfavoráveis ao bem-estar psicológico dos negros (QUIJANO, 2010; LAGES et al., 2014; ALVES; JESUS; SCHOLZ, 2015).

[...] em sociedades hierárquicas, indivíduos de cada nível de hierarquia tem que se submeter àqueles que estão em nível acima e o reconhecimento dessa submissão gera emoções como vergonha, raiva e depressão. Essas emoções conduzem para a ativação do sistema de alarme psicológico e a ativação crônica desses sistemas resulta em mudanças nos sistemas de diferentes órgãos, alvos responsáveis por doenças em adultos, entre elas: início da diabetes, hipertensão, arteriosclerose, depressão e doenças autoimunes (ROY, 2003 apud LACERDA et al., 2012, p. 8).

É sabido que as condições socioeconômicas influenciam diretamente no perfil saúde/doença, inclusive na forma de nascimento, adoecimento e morte dos sujeitos. Quando referido à população negra, encontram-se em condições subalternas de escolaridade, renda, habitação, saneamento básico e bens de consumo. Nogueira (s.d., p. 5) diz que “o corpo funciona como marca dos valores sociais e nele a sociedade fixa seus sentidos e seus valores”, logo, a realidade em que se encontra a população negra no Brasil é a forma como a sociedade os enxerga. A constatação que se possui, é que

ao ser negro, se aumenta de forma significativa a probabilidade de um brasileiro ser pobre, por exemplo, (HENRIQUES, 2001; BATISTA, 2002; 2005; QUIJANO, 2010; ZAMORA, 2012; LACERDA et al., 2012; ALVES; JESUS; SCHOLZ, 2015).

Considerando o perfil saúde/doença, também estão mais expostos à mortalidade por tuberculose, malária, doença de chagas, HIV/ AIDS, alcoolismo, morte materna, morte sem assistência, morte por causas mal definidas e causas externas, e sendo a população negra a mais vulnerável, pode-se dizer que é o grupo social que mais é acometido a essas condições (BATISTA, 2005).

O ambiente também é um fator de grande importância para a manutenção do equilíbrio psicológico, e a relação do sujeito com este influencia em sua saúde física e mental. A situação de desencaixe social causada pelo racismo provoca graves problemas psicológicos para os negros (SILVA, 2004), sofrem diversas violências simbólicas que por vezes se tornam físicas, produzindo marcas psíquicas e uma distorção à percepção de si mesmo.

Alinhado ao racismo, existe outro fator, o índice de suicídio. Navasconi e Moscheta (2020) referem a cartilha de óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros lançada pelo Ministério da Saúde, indicando que entre 2012 e 2016 o número de casos com pessoas brancas permaneceu estável, já entre as pessoas negras, o índice aumentou em 12%. Segundo os autores, a longa exposição às situações de desvalorização causa inúmeras dores, angústia, insegurança, autocensura, rigidez, alienação, negação da própria natureza e outros fatores, que deixam profundas marcas na construção da subjetividade desses jovens, e a morte se apresenta como a possibilidade de findar essas dores.

A estrutura racial também impacta no estilo de vida, a ponto de influenciar no nível de consumo alcoólico de uma pessoa. Homens negros possuem uma maior taxa de mortalidade quando o assunto é relacionado à saúde psíquica e alcoolismo. Segundo Batista (2005) no Estado de São Paulo, em 1999 ocorreram 1.757 óbitos por transtornos mentais, sendo a taxa de mortalidade feminina de 2,07 por 100 mil mulheres e a masculina de 7,86 por 100 mil homens. Quando comparada a taxa de mortalidade entre negros e brancos, o nível entre mulheres negras superou a das brancas 3,29 e 1,92, sucessivamente. Com isso, percebe-se que as mulheres negras morrem 1,7 vezes mais que as mulheres brancas quando a causa é transtorno mental. Quando relacionado ao gênero masculino, houve maior ocorrência de mortalidade dos negros, de 19,58 por 100

mil, em relação aos brancos, 6,38 por 100 mil. Homens negros morrem três vezes mais que homens brancos vítimas de transtorno mental, e o alcoolismo é o que mais os afeta.

Ainda hoje, são frequentes os crimes de racismo que atribuem aos negros estereótipos negativos, de subalternidade, que reforçam sua marginalização social, econômica, política e cultural. Sendo maioria numérica e vulnerável no Brasil, os negros possuem vivências específicas que estão ligadas aos diversos tipos de racismo a que são expostos, mas ainda assim, poucas pesquisas têm sido publicadas sobre a saúde desta população. No campo da psicologia clínica brasileira, não existem materiais que provoquem reflexões ou pensem metodologias de atuação para o manejo clínico das repercussões do racismo sobre a saúde mental da população negra (TAVARES; KURATANI, 2019).

Os mais diversos elementos apresentados até aqui indicam que é preciso investir cada vez mais nesta área do conhecimento, dando visibilidade a questões que envolvem a saúde da população negra, quanto à: (1) racismo como determinante da saúde; (2) os efeitos psicossociais do racismo; (3) a saúde da mulher negra; (4) as relações de gênero; (5) a saúde da população negra e políticas públicas; (5) as consequências psicossociais da anemia falciforme; (6) o descaso do Estado quanto às doenças que mais atingem a população negra, e muitas outras (LAGES et al., 2014; TAVARES; KURATANI, 2019; SANTOS, 2014).

Somado ao mito da democracia racial e a estória de “sermos todos iguais”, há uma forte influência no apagamento das discussões raciais e na ausência de investimentos em políticas públicas específicas para minorias sociais, incluindo raça, etnia, gênero e sexualidade. É preciso legitimar a realidade histórica do país e reconhecer os danos sociais que acometem a população negra, influenciando em seu processo saúde/doença e vida/morte. Mesmo que as políticas de promoção da igualdade racial promovidas pelo Estado Brasileiro sejam recentes, é preciso investir cada vez mais em pesquisas e políticas públicas específicas. Ainda não são suficientes.

## 4 Metodologia

### 4.1 Abordagem metodológica

O estudo é de natureza qualitativa, tratando-se de uma abordagem teórica metodológica que se aprofunda em suas narrativas e em seus aspectos subjetivos, com o intuito de compreender a realidade social das pessoas, dos grupos, e das suas culturas, sendo uma abordagem conveniente ao âmbito da investigação (DIAS, 2000).

Quando aplicada à área da saúde, a pesquisa qualitativa busca entender o significado do fenômeno em seu contexto, compreendendo-o em sua forma individual ou coletiva, exercendo uma função estruturante para a vida das pessoas, sendo essa organizada a partir dos significados por elas atribuídos (TURATO, 2005).

Essa metodologia possui alguns tipos de abordagem, que podem ser de ordem exploratória, fenomenológica ou clínica. Tendo em vista a trajetória que esta pesquisa percorrerá, optou-se pela utilização da abordagem clínica, também conhecida como entrevista focal em profundidade (*in-depthfocusgroup interview*). O procedimento clínico se destina ao aprofundamento das informações que podem estar inconscientes e inacessíveis nos relacionamentos interpessoais, despertando sentimentos que poderiam passar de forma despercebida em outros métodos de pesquisa (DIAS, 2000).

A abordagem clínico-qualitativa tem auxiliado os profissionais da área de saúde em diversas práticas de pesquisa, ampliando as suas compreensões acerca das condições adversas que atingem a vida e a narrativa de um sujeito, e, de determinado grupo (FONTANELLA; CAMPOS; TURATO, 2006).

### 4.2 Procedimento de produção de dados

Existe uma flexibilidade quanto às formas de produção e análise dos dados no método qualitativo, entre elas: as entrevistas narrativas; episódicas; grupais; individuais; histórias de vida; grupos focais; observação participante; etnográficas e; a pesquisa documental. Dentre estas, optou-se pela utilização do grupo focal como técnica de coleta de dados, pela sua capacidade de promover amplas problematizações sobre temas ou focos específicos (BUNCHAFT; GONDIM, 2004; BACKES et al., 2011).

O grupo focal é um método de produção de dados que promove discussões de caráter qualitativo em profundidade. A proposta utilizada foi a de grupo autorreferente, utilizando a prática realizada como forma principal de produção de dados. A escolha desta técnica se deu pela consideração de um grupo focal em explicar experiências,

ideias ou eventos, visto que as discussões coletivas fornecem informações efetivas sobre o que as pessoas pensam ou sentem ou, ainda, sobre a forma como agem (MORGAN, 1997; GOMES; BARBOSA, 1999; VERGARA, 2004).

O procedimento pode ser utilizado como uma estratégia importante para ocasionar a inserção das pessoas participantes aos contextos das discussões, levando-as a repensar ideias, valores, atitudes e políticas sociais. Com isto, o grupo focal apresenta ser um espaço de discussão, que pode atingir um nível de problematizações e reflexões que outras técnicas podem não alcançar, revelando uma diversidade de pensamentos, sentimentos, ou experiências que poderiam permanecer inexplorados pelas outras. Além disso, o procedimento em grupo pode ser utilizado como um espaço estratégico para expressão de angústias e ansiedades devido a capacidade de escuta que oferece, e pela capacidade de reconhecer nos outros partes de si (BACKES et al., 2011; ARANTES; DEUSDARÁ, 2017).

É importante destacar que a técnica pôde ser vista através uma perspectiva construcionista, ou dialógica, visando o processo de construção e interação dos grupos e seus contextos sociais específicos, não os seus processos individuais (WILKINSON, 1998).

A aplicação do grupo focal foi realizada em uma sessão, organizada em dois blocos contextuais. O primeiro para iniciar um processo de habituação das pessoas entrevistadas à sua dinâmica, identificando as suas relações e o meio em que estão inseridas, estabelecendo um processo de familiarização entre os estudantes, aproximando essas pessoas dos seus processos identitários e trajetórias universitárias.

No segundo bloco foram iniciados 03 (três) eixos temáticos, sendo estes: racismo na universidade; racismo institucional e saúde mental e; estratégias de enfrentamento, correspondendo aos objetivos de investigação do projeto. Ao iniciar o processo, foi necessário apresentar algumas instruções mencionadas por Bunchaft e Gondim (2004), como: (1) somente uma pessoa deve falar de cada vez; (2) conversas paralelas devem ser evitadas; (3) ninguém deve dominar a discussão; (4) todas as pessoas têm o direito de falar o que pensam e o que sentem e; (5) o papel do moderador é apenas introduzir novos temas ou perguntas, e facilitar a discussão entre as pessoas participantes.

A duração do encontro se estabeleceu a partir do desenvolvimento dos blocos e dos eixos temáticos, tendo em vista uma duração média de três horas, sendo esse tempo considerado suficiente para o aprofundamento de informações apresentadas (LERVOLINO; PELICIONI, 2001; MILLWARD, 2010).

O processo inicial de triagem ocorreu através de um instrumento (APÊNDICE A) construído em uma plataforma online, disponibilizada pelo *Google Forms*, onde as pessoas interessadas tiveram acesso às informações básicas referentes à pesquisa, como o seu tema, pesquisadores responsáveis, critérios de inclusão, forma de produção de dados e conhecimento sobre o estado de anonimato. Em seguida, o instrumento apresentou algumas perguntas básicas que facilitaram o conhecer do pesquisador à pessoa entrevistada, como: nome completo; idade; identidade de gênero; orientação sexual; auto declaração; cidade de origem; forma de ingresso na universidade (informando se optou por alguma política afirmativa); graduação; semestre; ano de início do curso e; turno das aulas, obtendo informações para a construção de um grupo que apresente características em comum, a fim de favorecer uma concordância entre as informações, sentimentos e pensamentos que foram apresentados.

A forma de registro foi realizada através da gravação de áudio, sendo uma técnica comum utilizada em atividades de encontros e entrevistas, permitindo a transcrição e análise dos dados. A realização do encontro ocorreu em um ambiente livre de ruídos, e com isolamento acústico, a fim de evitar interferência nas falas do grupo. Também se priorizou a neutralidade do ambiente, sendo uma atmosfera agradável e informal, capaz de permitir um conforto para as pessoas entrevistadas exporem suas ideias, sentimentos, necessidades e opiniões (DIAS, 2000).

A condução do grupo se deu por um mediador, com a participação de duas psicólogas colaboradoras, registrando os acontecimentos e falas de maior interesse. Na execução do grupo, os papéis não foram misturados, para que não houvesse interferências dentro do processo. Ao final da sessão, o mediador e as psicólogas colaboradoras se reuniram para avaliar a atividade, analisando o seu processo e a sua finalização, assim como aponta a literatura (GOMES; BARBOSA, 1999; LERVOLINO; PELICIONI, 2001; ASCHIDAMINI; SAUPE, 2004).

#### *4.3 Participantes*

A sessão contou com a participação de oito estudantes, sendo uma média estrutural apontada previamente pela literatura, a fim de oportunizar a troca de ideias e elaborações (DIAS, 2000; RESSEL et al., 2008; ARANTES; DEUSDARÁ, 2017).

As pessoas entrevistadas foram selecionadas a partir de uma amostra intencional, sendo sujeitos determinados pelo objetivo do estudo (BACKES et al., 2011), tendo,

segundo Arantes e Deusdará (2017), uma vivência com o tema discutido, de modo que os seus elementos estivessem ancorados às suas experiências cotidianas. Para isso, foi necessário que a pessoa participante pudesse ser negra autodeclarada; estudante universitária do Campus I da Universidade do Estado da Bahia; possuir idade entre 18 e 60 anos e; já ter cursado quatro semestres do seu curso de graduação, passando pelo processo previsto para uma afiliação a cultura universitária (COULON, 2017).

### Quadro 1: Participantes

IDENTIFICAÇÃO	CAROLINE FERREIRA	ANNIE EASLEY	MARIA CLARA ARAÚJO	FABIANA OLIVEIRA	VALÉRIA SANTOS	MARIELLE FRANCO	JÚLIA ROCHA	MAJU COUTINHO
GÊNERO	MULHER CIS	HOMEM CIS	TRAVESTI	MULHER CIS	NÃO-BINÁRIO	MULHER CIS	HOMEM CIS	MULHER CIS
SEXUALIDADE	BISSEXUAL	HETEROSSEXUAL	PANSSEXUAL	BISSEXUAL	GAY	LÉSBICA	GAY	BISSEXUAL
IDADE	21	33	23	25	27	26	23	23
CIDADE DE ORIGEM	SALVADOR	SANTO AMARO	SALVADOR	SERRINHA	FEIRA DE SANTANA	CAMAÇARI	ITUBERÁ	SALVADOR
COTAS	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM
CURSO	PSICOLOGIA	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	PEDAGOGIA	FISIOTERAPIA	DIREITO	CIÊNCIAS SOCIAIS	MEDICINA	COMUNICAÇÃO SOCIAL (RP)
INÍCIO	2016.1	2017.2	2015.1	2013.1	2014.2	2013.1	2015.1	2017.2
SEMESTRE	SÉTIMO	QUINTO	SÉTIMO	DÉCIMO TERCEIRO	DÉCIMO	DÉCIMO SEGUNDO	OITAVO	QUINTO
TURNO	VESPERTINO	NOTURNO	NOTURNO	DIURNO	MATUTINO	MATUTINO	DIURNO	VESPERTINO

Legenda: Tabela de identificação dos participantes da pesquisa

#### 4.4 Procedimento de análise de dados

A abordagem hermenêutico-dialética mostra-se relevante para a compreensão das narrativas individuais e grupais, pois permite ir além do conteúdo apresentado nos discursos, uma vez que viabiliza a compreensão do percurso histórico que constrói a fala desse sujeito ou, no caso, de um grupo. Segundo Minayo (2014), é necessário refletir sobre a realidade e contexto histórico em que se está inserido, sendo a pessoa investigadora e o grupo entrevistado expressões de seu tempo e de seu espaço cultural. E então, o discurso se constitui a partir do espaço sociopolítico-econômico, cultural e relacional onde ele circula, e cabe ao investigador buscar o máximo de dados históricos

e apresentar empatia pelo contexto que se analisa, uma vez que nada se constrói fora da história.

No que diz respeito aos procedimentos da pesquisa, ordenação, classificação e análise dos dados, algumas terminologias são fundamentalmente necessárias, e todas elas serão apresentadas e exploradas pela perspectiva apresentada por Minayo (2014), que sempre destaca o contexto sócio-histórico dos grupos, levando em conta a constituição dos marcos teóricos fundamentais para a análise, compreendendo a história dos grupos, seus ambientes, suas condições socioeconômicas e políticas.

Quanto à análise dos dados, será necessário que categorias analíticas sejam elaboradas, podendo ser pensadas desde o início da investigação, ou surgindo a partir dos materiais colhidos em trabalho de campo, sendo de responsabilidade do investigador voltar-se aos fundamentos teóricos que fizeram parte da elaboração dos conceitos na fase exploratória, a fim de verificar precisão do conteúdo.

Em seguida, dar-se-á início à ordenação dos dados, que se constrói a partir de alguns processos, como: (1) transcrição das entrevistas grupais; (2) leitura do material; (3) organização dos relatos; (4) organização dos dados de observação. Após isso, os dados serão classificados, obtendo uma leitura horizontal e exaustiva dos textos, tendo o pesquisador a sua atenção provisoriamente voltada para o material, fazendo as suas anotações iniciais, que implicam em parte do processo de construção das categorias analíticas.

É preciso compreender que essa metodologia se entende pelos processos gerados em grupo. Dolsmans et al. (2001) relata que alguns estudos descrevem como as experiências em grupo focal podem gerar conflitos cognitivos, reestruturando o conhecimento, modificando ou gerando novas ideias. Percebendo a necessidade de traduzir essas interações, Stevens (1996) apresenta doze perguntas que podem contribuir com esse processo: Com que afinidade o grupo aderiu às questões apresentadas para discussão? Por que, como e quando foram trazidos os problemas relacionados acima? Que declarações permitiram conflitos? Quais foram as contradições na discussão? Que experiências comuns foram expressas? Formaram-se alianças entre os membros do grupo? Houve algum participante cujo ponto de vista foi silenciado? Houve uma visão particular dominante? Como o grupo resolveu as divergências? Que temas produziram consenso? Quais interesses estão sendo representados no grupo? Como foram tratadas as emoções?

A perspectiva apresentada pela Autora, permite repensar o olhar que é oferecido para a análise dos dados, não codificando apenas o que dizem os participantes, mas como se posiciona o grupo, a forma como falam, os pontos de vista que são mantidos, reforçados, modificados ou rejeitados dentro do processo de interação.

Após observações, o material produzido será aprofundado e classificado de acordo com as suas estruturas temáticas, sendo agrupados de acordo com as suas conexões e interpretados a partir disso, tendo em vista que, nas pesquisas com concepções de saúde/doença, o grupo é determinado a partir do que pensa, fala, como se relaciona e como se comporta, o que projeta ou como planeja a sua vida, por isso a análise precisa partir de uma perspectiva interseccional (AKOTIRENE, 2018).

#### *4.5 Aspectos éticos da pesquisa*

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com seres humanos da Universidade do Estado da Bahia, aprovado sob o número de parecer: 3.532.154, e segue as normas éticas das resoluções 466/2012 de pesquisas e testes em seres humanos e, 510/2016 de ética na pesquisa na área de ciências humanas e sociais. Considerando o respeito à dignidade humana, o engajamento ético e a construção histórica, social e cultural, gerando benefícios para o ser humano, para a comunidade e para a sociedade na qual a pessoa ou as pessoas, estão inseridas, respeitando a dignidade, a liberdade e a autonomia do ser humano.

A pesquisa realizada na área das ciências da vida e dos cuidados da saúde precisa ser examinado à luz dos valores e concepções morais, seguindo os princípios bioéticos da pesquisa aplicada aos seres humanos. A vida e a saúde dos seres humanos são bens inestimáveis, sendo o profissional da área da saúde responsável pelo bom uso da ciência, a serviço da saúde e bem-estar da humanidade. Alguns princípios éticos básicos podem ser apresentados, como o respeito às pessoas, a beneficência e a justiça, sendo estes princípios conhecidos pelo *Belmont Report* e publicados pela Comissão no ano de 1978 (CLOTET, 2009).

O princípio da autonomia é relacionado ao respeito às pessoas, expressa a vontade e o direito de escolha de todos os seus atos, respeitando esta ideia no Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B), indicando que, caso a pessoa entrevistada se sinta constrangida ou desconfortável, poderá desistir de participar da pesquisa em qualquer momento, sem gerar qualquer tipo de dano ou prejuízo.

A beneficência implica no bem-estar das pessoas participantes do grupo evitando possíveis danos a sua saúde, sendo esta, fisiológica ou mental. Devido a isto, é garantido que todos os cuidados serão tomados com a pessoa entrevistada, e em caso de possível dano a dimensão psíquica, por se tratar de um tema que pode causar desconfortos, o participante será encaminhado para o atendimento no Programa de Acolhimento do Projeto de Aperfeiçoamento em Psicologia Clínica (Plantão Psicológico) do Serviço de Psicologia da Universidade do Estado da Bahia, sendo, um programa de acolhimento aos estudantes com qualquer tipo de sofrimento psíquico. Desta forma, será garantida a assistência de forma integral, imediata e gratuita.

O último princípio é o de justiça, se referindo a equidade em distribuição de bens ou benefícios, sendo assim, esta pesquisa apresentará como benefício uma base de dados teóricos e práticos que podem ser utilizados como forma de cuidados à saúde mental dos estudantes negros universitários, preparando as instituições para recebê-los e auxiliando em seus processos de adaptação, afiliação e permanência. Também poderá gerar benefícios diretos às pessoas entrevistadas, utilizando o processo grupal como um espaço de trocas e de acolhimento (VERGARA, 2004; SILVA; ASSIS, 2010; DEUSDARÁ, 2017).

## 5 Resultados e discussão

### 5.1 Categorias

Através do encontro em formato de grupo focal, foi possível obter diferentes resultados, entre eles, destacaram-se três categorias principais, somada a algumas subcategorias, sendo estas: Racismo Institucional, e como subcategoria os Estereótipos sociais, Atravessamentos, Instituição e O esperado. A outra categoria é: Saúde Mental e Desempenho Acadêmico, sendo composta por Alterações na saúde mental, Autoavaliação do desempenho acadêmico e Percepção de si. Por último: Resistência, Permanência e Enfrentamento, nesta foi possível identificar, Subjetividades, Atividades extracurriculares, Ações institucionais e Ubuntu: sou o que sou, pelo que nós somos.

### 5.2 O Lugar Social

Seguindo o conceito de lugar de fala (RIBEIRO, 2017), somado à forma de interpretação dos dados (MINAYO, 2014), este espaço foi reservado para uma breve apresentação das pessoas que participaram do grupo focal desta pesquisa, compreendendo a realidade em que estes corpos se expressam e as suas respectivas realidades.

No encontro o gênero prevalente foi o feminino, mas tanto o gênero, quanto classe e sexualidade, apresentaram-se de forma heterogênea, não correspondendo ao perfil branco, cisgênero e heterossexual que comumente parece ser representado nas pesquisas. Devido a isso, os nomes das pessoas participantes foram escolhidos de forma a homenagear e dar visibilidade às mulheres negras - não apenas cisgêneras – das áreas correspondentes ou próximas das pessoas que participaram do grupo focal. Os nomes das participantes serão: Caroline Ferreira (Psicóloga), Fabiana Oliveira (Fisioterapeuta), Júlia Rocha (Médica), Maju Coutinho (Jornalista), Maria Clara Araújo (Pedagoga), Marielle Franco (Cientista Social), Annie Easley (Cientista aeronáutica) e Valéria Santos (Advogada). É importante destacar que todas essas mulheres são referências positivas em suas áreas de atuação, trazendo inovações aos seus campos profissionais, além de serem referências e símbolos de resistência.

Apesar da representação do trabalho ser o grupo focal, nele, as histórias individuais se entrelaçam e divergem. É possível perceber que a raça é o único fator em comum entre todas, sendo o principal objeto de análise da pesquisa. O racismo enquanto

estrutura social é algo que afeta o grupo de forma homogênea, sendo uma opinião comum, um concernimento do grupo, é algo intrínseco a você e mesmo que tente ir contra as limitações estruturais, há algo maior que você, a sua pele.

Segundo Almeida (2018), processo sistêmico de discriminação, influencia na forma como a sociedade se organiza. A partir disso, com as informações já apresentadas, podemos refletir sobre o lugar de subalternidade, pensando neste termo como “qualquer pessoa ou grupo de categoria inferior, seja pela raça, gênero, classe, orientação sexual, etnia ou religião.” (LINO, 2015, p. 2). Essa organização se estabelece com as pessoas negras em maior situação de vulnerabilidade, por isso, ressalta-se a importância de pensar a estrutura social e com isso o acolhimento e cuidado institucional.

Diversas pessoas que participaram do grupo focal vieram de outras cidades do interior da Bahia para estudar na capital, enquanto ainda havia estudantes que se deslocavam diariamente de outra cidade para Salvador, como o caso de Marielle, que reside em uma cidade do interior da Bahia, longe dos centros, e todos os dias precisava se deslocar, acordando às 4 horas da manhã, para sair de casa às 5h, pegar o ônibus até 5h30 e chegar em Salvador por volta das 6h40, para a aula.

É possível pensar em outros fatores também, quando pensamos na Annie, que veio do interior da Bahia, assim como Valéria, Júlia e Fabiana. Annie veio com a sua mãe e seus irmãos para Salvador, entre 1995 e 1996. Como tinha um pai ausente, teve que trabalhar logo cedo e passou parte da sua infância carregando compras e vendendo frutas, até que alguns anos depois ocorreu o falecimento da sua mãe, sendo um negro jovem, sozinho, pensando as novas perspectivas de vida. Valéria passou por diversas violências, fome e abuso doméstico, e ainda jovem, assumiu um papel paterno com o seu irmão, já que o seu pai era ausente e agressivo. Uma das soluções foi recorrer aos estudos, indo para Salvador com o seu irmão, estudar e morar com a mãe.

Outro caso é o de Júlia, que sendo pobre e uma pessoa interiorana, sempre teve a sua capacidade de cursar medicina posta em dúvida “você abre a boca para dizer que quer fazer medicina, já parece que é um tapa na cara de uma pessoa branca, e isso veio de parentes meus quando eu falava “eu quero medicina” era tipo “você sabe que é difícil mas você tem certeza que quer fazer isso?”. Júlia sempre foi estudante de escola pública, a sua mãe a criou e mais dois irmãos sozinha, pois o seu pai havia falecido. Era um salário mínimo para o sustento e logo cedo precisou trabalhar. Quando ele falava sobre querer cursar medicina, as pessoas falavam como “se fosse algo que não era para mim, e você sente esse tipo de julgamento sobre uma escolha que enfim, é só uma

escolha né?” mas é uma escolha que também é julgada pelo seu nível de melanina na pele.

Também há uma cobrança para que as pessoas negras estudem e participem de cursos de graduação de prestígio social, como alguns cursos da área de saúde ou direito. Famílias negras comumente percebem a importância da educação para o trânsito socioeconômico. Valorizar os estudos por ser algo que geralmente não tiveram acesso, sendo essa, a realidade de muitas famílias negras. Fabiana foi uma das pessoas que veio do interior da Bahia para a capital, e sempre teve estímulos para estudar, mas por ser uma mulher preta, sempre questionavam o seu interesse pelas artes, sendo o ideal, seguir para os cursos que dessem dinheiro, a arte não levaria a este caminho. Maria Clara também teve esse incentivo, e relata que foi “forjada a ferro e fogo para adentrar os espaços universitários e adentrar os espaços de educação”, sendo um caminho árduo enquanto negra e travesti. Fez Universidade para Todos (UPT), ao mesmo tempo que estudava e trabalhava, tendo uma vida corrida.

Há sempre uma cobrança sobre o comportamento do negro, como e onde deve fazer, o que é o ideal, e qual o comportamento deve ser seguido com base no que a branquitude representa. Caroline fala que desde pequena ouvia coisas como “o negro para crescer na vida tem que ser inteligente ou educado porque senão não vai para frente” e segundo ela, depois de entender como a sociedade funciona, ela conseguiu compreender o que estavam falando para ela. Não era para fazer mal, mas pra que ela pudesse crescer, como diz. Ao mesmo tempo que Caroline era cobrada por ter a pele retinta, o discurso se oferecia de forma alternativa para Maju, onde falavam que “pelo menos a pele não é tão escura” ou “o cabelo é crespo, mas pelo menos a pele dá pra dar uma disfarçada, dá pra levar”. No início pensava isso como algo que promovesse a passabilidade, o que, segundo ela, com o tempo a levou a iniciar um processo de auto ódio, sem saber do que estava tentando se livrar, mas não queria mais ser.

Nesses relatos, podemos identificar simples questões sociais que permeiam a vida do ser negro, que passeiam por raça, classe, gênero e outras questões. Existem as violências estruturais, e a instituição é mais um espaço de reforço.

### *5.3 Apresentando os resultados*

#### **5.3.1 RACISMO INSTITUCIONAL**

O Racismo pode ser compreendido como um conjunto de teorias e crenças que estabelecem uma hierarquia político-ideológica entre raças e etnias. Essas hierarquias sociais provocam desvantagens à grupos que são historicamente excluídos, impactando em sua economia, política, religiosidade, cultura e mais. Quando relacionadas ao ambiente institucional, essas discriminações e preconceitos, são ligadas a ações ou omissões sistêmicas de normas, práticas, padrões formais ou formas de atendimento, sendo em espaços organizacionais ou institucionais, públicos ou privados, que resultam em preconceito através dos estereótipos, impactando também na oferta de serviços qualificados a este público (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2014, SANTOS FILHO, 2019).

Nesta categoria dialogar-se-á sobre os atos de racismo institucional vivenciados dentro deste espaço acadêmico, práticas raciais que partem de um sistema estrutural e são reproduzidos dentro do ambiente universitário. Como exemplo, os estereótipos sociais que são externos à Universidade, mas nela são reproduzidos e reforçados por estudantes e funcionários (professores, técnicos ou gestores), assim como as categorias de gênero, classe e sexualidade podem ser somados ao fator racial, causando ainda mais danos ao sujeito. Fala-se também de algumas formas institucionais de violentar o negro universitário e o que a estrutura institucional espera destes.

### *Estereótipos sociais*

A subcategoria de estereótipos sociais se refere a forma que a instituição enxerga o negro universitário, reforçando a estereotipação racista neste ambiente. Segundo o grupo entrevistado, os professores se apresentam como os principais reprodutores dessa forma de violência. Entre os relatos, o que mais se destaca é o perfil do “negro raivoso”, estereótipo disseminado por séculos, onde são descritos como animais (ADICHIE, 2019), e como seres perigosos e raivosos, à exemplo, novelas brasileiras e americanas onde os personagens negros assassinavam, sequestravam e estupravam pessoas, principalmente mulheres. A estereotipação acaba sendo um dos fatores de privação ao acesso do negro a espaços institucionais, limitando o seu lugar e, transmitindo mensagens que os fazem entender que espaços de poder, não os pertencem.

À impacto disto, refere-se a fala de Fabiana Oliveira onde ela descreve ser [...] muito fácil identificar racismo, principalmente dentro do espaço em que eu convivo, que

eu tenho 40 professores e 2 são negros, então é bem complicado porque sempre vai ter alguma forma de mostrar qual é o seu lugar naquele espaço.

É um estereótipo que reforça o estereótipo das IES não serem espaços para negros, desde à docência aos discentes, alimentando uma visão de não pertencimento, como diz Júlia Rocha: [...] eu já entrei com essa visão de não pertencer a esse lugar, não sei se eu pertença a esse curso que é elitizado, e por vezes sou único negro na maioria dos espaços acadêmicos em que eu estou, exceto quando eu tenho outro colega.

Outro estereótipo que é reforçado é o da pessoa negra raivosa, e Maria Clara Araújo foi uma das vítimas. Após uma situação em sala de aula em que a estudante tinha interesse em fazer uma pergunta, foi ignorada pela professora e segundo ela, também agredida. Após revidar com palavras ela conta: [...] essa professora até hoje passa pelos corredores e não olha na minha cara, eu já a vi falando para as pessoas que ela se sente ameaçada com a minha presença. Com isso, teve uma experiência em que, com suas palavras “Foi estereótipo da travesti agressiva, da travesti preta agressiva [...]”.

### *Atravessamentos*

É importante pensar o fator racial como trajeto principal para este estudo, mas, é necessário levar em conta a compreensão social dos corpos e as diferentes formas de serem lidos, principalmente quando se atribui gênero, classe e sexualidade à raça. O grupo apresentou uma grande diversidade e representatividade, sendo composto majoritariamente por mulheres cisgêneras, também contando com a presença de uma travesti e uma pessoa não binária, com diferentes classes sociais e orientações sexuais. Pretende-se dialogar neste espaço, como os atravessamentos podem se agravar quando ligados a questão racial, a dinâmica institucional de uma mulher negra cisgênera, considerada o outro do outro (RIBEIRO, 2017), difere dos acessos de uma travesti a espaços semelhantes. Por isso, é importante dar voz aos atravessamentos e compreender as suas interseccionalidades (AKOTIRENE, 2018).

Como exemplo, Maria Clara Araújo se refere:

[...] temos o caso de [nome fictício] né, que foi a primeira pedagoga mulher trans da UNEB, a se formar na UNEB, ela passou por vários problemas, teve o nome social negado por professores, ter o direito a usar o banheiro não deferido, e aí com ela a gente, por exemplo, pessoas trans tem direito de usar o banheiro né, todo mundo sabe disso! Eu depois desse processo de surto né, que eu volto a Universidade no quarto semestre [...] eu começo realmente a usar o banheiro

feminino como pauta identitária, e aí o que acontece, depois de um tempo nãñã, eu usando o banheiro feminino alguém me questiona, um dos funcionários me questiona do porquê eu estava usando o banheiro feminino e eu de saia, implantando uma identificação feminina né, como eu sou! E aí ele perguntou, foi um homem no caso, ele perguntou por que eu estava usando o banheiro feminino aí eu perguntei: o senhor usa o banheiro masculino porque? Aí ele me disse que era por ser homem, então eu disse: eu uso o banheiro feminino porque eu sou o quê? Só que aí aconteceu de um uns dois dias depois outra pessoa trans entrar no banheiro e essa pessoa trans não ser questionada, e essa pessoa trans era uma pessoa branca e essa mesma pessoa trans branca que adentrou o banheiro, também não teve problema nenhum de ter seu nome validado, seu gênero validado, seus nomes validados. Então é um processo de interseccionalidade racismo e transfobia.

Isso reforça a ideia de Schucman (2017) que, mesmo com diferenças em classes sociais, a pessoa branca terá privilégios sociais. Mesmo ambas estando na mesma categoria social de ser travesti, a diferença entre os acessos ao espaço de direito se manifesta pelo aspecto raça. Espaços de direito acessíveis a pessoas brancas, mas a negras sendo negado.

Os atravessamentos também surgem quando ligados a classe social, como diz Marielle Franco:

[...] o processo que eu percebi de racismo, foi quando eu percebi que eu estava passando por um processo de adoecimento mental e que eu cheguei para um professor e ele chegou para mim disse logo “isso é frescura sua, seus colegas estão fazendo, porque fulano...” e fica me comparando com outros colegas e ficou né falando, porque eu deixei de fazer algumas atividades e ele pegou o celular dele esfregou na minha cara e disse “ah, que seus colegas aqui tiraram notas muito boas e fulano tirou 10” e obviamente aquela pessoa não tá, quer dizer ela vive em boas condições de vida, era uma pessoa de classe média alta, não passa o que eu tenho que passar [...]

A falar dessas condições de vida, ela cita o fato de morar em outra cidade, acordar muito cedo para pegar o ônibus da cidade e sempre chegar muito tarde, por exemplo, enquanto outros colegas podem se locomover melhor pela cidade, sendo estes, fatores que independem do seu compromisso acadêmico.

### *A instituição*

O racismo também impacta nos acessos de uma pessoa negra a ambientes institucionais, implicando em sua forma de tratamento e atendimento. Na instituição em que o estudo foi realizado, o grupo identificou que as violências institucionais podem vir de professores, técnicos e estudantes, assim como podem ser silenciados no espaço e

ter negado o acesso a conhecimentos específicos. O racismo institucional descumpre diversos artigos do Estatuto da Igualdade Racial, principalmente o Capítulo V (cinco) que se refere às propostas de combate ao racismo institucional (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2014).

Através da fala de Júlia Rocha, é possível perceber como atua o Racismo Institucional, sendo um fator que independe do sujeito:

Você tá dentro da universidade, você tá estudando, você tá vivenciando, mas ao mesmo tempo tem uma coisa que não depende de você, que está intrínseco a você, que é quem você é, a sua pele, o que você vive, a sua história. Ao mesmo tempo é algo que te coloca no lugar, e que você não consegue se expandir a partir disso.

O Racismo Institucional também pode reforçar questões que são estruturais, como a reprodução do papel da pessoa negra subserviente, como conta Fabiana Oliveira:

[...] em outro momento essa mesma professora, aí já no hospital, teve a ideia mirabolante de a gente começar a fazer um lanche e aí não sei por que coincidiu em minha turma de estágio, de todo mundo, eu ser a mais retinta, tinha duas companheiras negras, mas tipo assim, muito mais próximas do tom de pele da *Marielle Franco* (uma das entrevistadas, com tom de pele mais claro) e com cabelos longos e lisos. Coincidiu de a professora combinar comigo que eu sempre ia fazer o café da turma, foi tipo assim “ah, mas você gosta de café, então você vai ser a melhor pessoa para fazer o café para gente” e eu fiquei olhando assim... Tipo assim, porque que eu seria a melhor pessoa para fazer o café? “Ah, porque você tava falando de café e eu trouxe o café porque você falou, então é melhor que você faça”.

Também é possível observar casos em que a Universidade se silencia em meio a denúncias, contribuindo com as opressões dentro do ambiente. Após ser violentada por uma professora, Maria Clara Araújo conta que teve que mover uma ação institucional, mas o caso foi arquivado, assim como outros são, quando o assunto é racismo: [...] eu tive que mover uma ação dentro do [...] contra essa professora, porque ela abriu uma ação contra mim, protocolou contra mim, abri uma ação contra ela só que o caso foi arquivado porque a direção na época não queria abrir.

Outro fator importante é referido aos assuntos raciais serem associados diretamente aos estudantes negros: [...] é como se fosse um talento natural, é quase biológico assim, como se fosse um talento natural de ah, com certeza ela vai falar, ela tem que falar! E às vezes não, às vezes a gente tá ali só ouvindo, sabe? Maju Coutinho.

Além disso, o grupo aponta diversas vezes o lugar que lhes é atribuído quanto à conhecimentos específicos, como se outros conhecimentos científicos lhes fossem negados e a única forma de exprimir o saber é falando sobre relações raciais.

É que é esperado dentro dessa lógica de direito e de ser uma pessoa negra ou de ser apenas uma pessoa negra dentro de um espaço, ou de ser a única pessoa negra consciente dentro daquele espaço que você em todas as demarcações, em todas as conversas sobre demarcações raciais você seja, que você pautas as questões, que você seja o porta voz desses conhecimentos, mas não por você saber desse conhecimento, mas porque é esperado que você fale sobre isso de maneira que você não seja apenas a Maria Clara Araújo, ou a Valéria Santos, mas sim toda a comunidade negra, do movimento negro da sociedade negra soteropolitana, baiana, brasileira e os rostos se viram para que você fale, mas que aquela sua fala não vai valer de nada na vida das outras pessoas, mas só porque você precisa ser ouvida naquele momento específico, onde o racismo ele não impera, mas ele constrói todo esse jogo cênico né, de olhar pra pessoa negra e esperar que ela fale sobre racismo. (Maria Clara Araújo)

Como se houvesse um movimento de generalização do que é ser negro dentro da sociedade.

### *O esperado*

O que a instituição espera do negro universitário? Esta subcategoria se propõe a dialogar sobre o lugar que o negro ocupa na academia, e o esperado. Falando sobre o racismo como um mal-estar psíquico, Guimarães e Podkameni (2012) faz um estudo sobre os efeitos do racismo, e nele trazem o relato de um paciente, onde foi possível perceber o que a sociedade e as instituições esperam do ser negro. Durante a entrevista, são descritas duas formas de violências institucionais sofridas, a primeira na escola, ao se sentir desconfortável por ser negro, pois os relatos apresentados eram sempre de pessoas escravas, com algo no pescoço ou acorrentadas. O outro episódio se refere uma entrevista de emprego, onde precisou fazer uma redação para ocupar o cargo de servente, ao ler, a pessoa responsável pela entrevista o direcionou para outra função, sendo auxiliar de escritório. Conseguindo a vaga, o chefe imediato questionou: “o que você fez para o chefe do departamento pessoal não querer que você fosse servente?”. O negro tem as suas capacidades subestimadas, esperando dele sempre o pior, e entender esse lugar, também impacta em seus processos identitários.

Pensando, nisso, o que se espera do negro universitário? Júlia Rocha diz que “[...] sempre tem uma ótica de julgamento assim sobre mim, sobre os outros colegas, como

se quando a gente vai bem é surpreendente, quando a gente vai mal, já é o esperado. Assim como, não esperam que pessoas negras façam parte de outros cursos que não sejam de humanas, à exemplo, um diálogo trazido por Thienne Czizewesk “- Você é de qual curso? Você é do curso de humanas, né? - Eu falava não, não sou do curso de humanas. - Não porque eu acho que você tá do departamento errado, aqui é tecnologia.”

O processo de discriminação racial, parece impor barreiras físicas e simbólicas que fazem as pessoas negras perceberem o lugar que a sociedade as insere, com isso, algumas reconhecem e constroem uma identidade racial. Maju Coutinho diz que “dentro na Universidade, como eu falei foi aqui que eu acabei ficando mais ciente das coisas que sofria [...]”. assim como, o processo se mostrou para Caroline Ferreira:

[...] eu fui percebendo essas situações e percebendo mais sobre mim, eu sempre me identifiquei como negra mesmo, mas para realmente participar e olhar certas coisas foi só quando eu entrei na 1UNEB [...] até eu entrar aqui eu não negava, ou melhor eu não entendi essa situação [...]

### 5.3.2 SAÚDE MENTAL E DESEMPENHO ACADÊMICO

As experiências de racismo, segundo Sampaio (2012), são ecos do silêncio, isto é, os sujeitos que vivenciam essas situações passam por um grande sofrimento psíquico, na maioria das vezes pela invisibilidade em identificar e denunciar a situação. Segundo a autora, por se tratar de um sofrimento psíquico que se origina de um fato histórico banalizado, naturalizado e invisibilizado, a dor passa a ser ainda mais nociva. O racismo gera diversas tensões, angústias e amarguras, e o resultado disso é: viver, sentir e sofrer, e por serem dores naturalizadas e ignoradas, sempre volta a ativar como experiências traumatizantes (ibidem).

São vivências raciais que causam diversos danos à saúde mental do negro, e no ambiente universitário parecem surgir de forma mais específica, sendo possível identificar alterações na saúde mental, assim como a sua influência no desempenho acadêmico e a forma de se perceber no espaço institucional. São sintomas que são identificados em algumas teorias, reforçando que o racismo pode afetar nos níveis de ansiedade, pânico, depressão, uso de substâncias psicoativas, ideação suicida e outros transtornos mentais mais comuns. É como se referem Navasconi e Moscheta (2020), a longa exposição a essas situações desvalorizam e causam inúmeras dores, angústias e inseguranças que deixam profundas marcas na construção das suas subjetividades.

Essas violências simbólicas, por vezes se tornam físicas, e causam distorções do sujeito à percepção de si mesmo (SILVA, 2004).

### *Alterações na saúde mental*

É sabido que o racismo gera danos psíquicos (TAVARES, KURATANI, 2019), e através dos relatos do grupo foi possível identificar algumas alterações no estado de saúde mental dos negros universitários que foram submetidos a experiências de racismo institucional. Entre as alterações, apontaram transtorno de ansiedade, de pânico, depressão, uso de substâncias psicoativas, ideação suicida, automutilação e agravamento de alguns dos transtornos, conforme também observado por Batista (2005), LAGES et al. (2014) e outros.

Devido as experiências na universidade, o grupo aponta alguns fatores de adoecimento, entre eles [...] apareceram as questões de ansiedade, de depressão [...] (Maju Coutinho), assim como o [...] agravamento de saúde mental, das minhas crises de ansiedade, eu tive várias crises de ansiedade não sei nem contar mais quantas eu tive.” (Marielle Franco).

Caroline Ferreira relata que a mutilação era uma das formas de lidar com a situação, então “[...] às vezes as situações ficam complicadas e a automutilação é a única forma que eu tenho para aliviar a mente de certos pensamentos, com relação a minha inferioridade perante as outras pessoas do meu curso [...].

### *Autoavaliação do desempenho acadêmico*

Nesta subcategoria é possível identificar como o racismo institucional impacta diretamente no desempenho dos negros universitários, gerando dificuldades de adaptação, questionando a sua capacidade intelectual e levando-os a pensar em desistir de disciplinas, semestres ou da própria graduação. Silva Jr (2002) relata que o processo educacional brasileiro tem uma trajetória de escolaridade intensamente diferenciada por raça/cor, desde o acesso, passando pela permanência e finalização da sua trajetória, influenciando na frequência de estudantes negros em repetir o ano, assim como no maior índice de desistências.

Dentre as formas de perceber como o racismo afeta em seus desempenhos, Marielle Franco relata que “[...] você acaba adoecendo porque você acha que não pode

estar aqui, você não pode ser intelectual [...] como se o ambiente acadêmico não fosse um espaço para negros universitários, além disso Fabiana Santos fala sobre o abandono do espaço: [...] eu me vi tipo assim sem condições de estar ali, eu não me sentia capaz de estar ali e aí foi quando eu abandonei a universidade. Júlia Rocha também diz que [...] quando eu cheguei em um momento em que eu não tava mais conseguindo estudar, que eu não tava mais querendo fazer nada, foi o momento em que eu reprovei, diante desses reforços negativos [...]. Sendo então uma dinâmica que afeta em diversas dimensões, em reprovações, desistências e abandonos.

### *Percepção de si*

Estar em um ambiente que reforça o sentimento de “ser incapaz”, causa distorções no espelho. Atitudes reforçadas pelo social, configuram a forma que as pessoas se percebem (SAIKALI et al., 2004), e se o racismo institucional as oprime de diversas formas, é assim que a subjetividade irá se construir. A dinâmica das opressões causam alterações na autoestima da pessoa negra, e pode provocar um aumento da timidez, que pode ser fruto de um histórico de silenciamentos (EVELLE, 2016).

Entre os relatos que surgem no grupo, alguns falam do silenciamento provocado por professores, que ignoravam chamados e mãos levantadas. Para Júlia Rocha, atitudes como essa parecem se manifestar como forma de silenciamento, reformando outros comportamentos: “[...] isso me reforçou uma timidez excessivamente grande que eu já tinha [...]” além disso, [...] isso repercutiu muito na minha condição de autoestima [...] como conta Fabiana Santos.

É preciso pensar que as distorções também ocorrem na forma como a pessoa enxerga a si mesmo e também em sua atuação.

[...] muitas vezes você não percebe que você também tem um certo potencial para desenvolver muita coisa, muitas pessoas falam isso e muitas vezes eu não enxergo isso, apesar de fazer muitas coisas, e desenvolver muitas coisas eu ainda preciso trabalhar essa questão.

Como visto, a fala de Maju Coutinho não percebe o potencial de trabalho que tem, precisando de afirmações externas para que ela ratifique a sua capacidade.

### 5.3.3 RESISTÊNCIA, PERMANÊNCIA E ENFRENTAMENTO

O Coping é uma das teorias utilizadas para dialogar sobre as estratégias utilizadas entre os sujeitos para adaptar-se a circunstâncias adversas ou estressantes. Com isso, Antoniazze, Dell'anglio e Bandeira (1998) citam a visão de Folkman e Lazarus (1980) sobre as duas principais categorias do coping, uma que foca no problema e a outra na emoção.

Entre os diálogos sobre resistência, permanência e enfrentamento, foi possível identificar estratégias que focam na ação problema, assim como as que focam na emoção, algumas pensadas conscientemente e outras agindo de forma inconsciente. Essas estratégias foram descritas como subjetivas, onde cada sujeito resistia ou enfrentava situações de maneira pensada ou não. Outras formas de resolução vieram através das atividades extracurriculares, assim como foi possível perceber a necessidade de ações institucionais para auxiliar nos processos de permanência dos negros universitários.

Uma das subcategorias se chama ubuntu, que significa “eu sou o que sou, pelo que nós somos”, que se configura pelo processo de familiaridade e de ressignificações para a pessoa negra. Cardoso (2012) relata que nos estudos de Lélia Gonzalez as mulheres negras intervêm ativamente na condução dos seus destinos, deixando como legado a sua resistência, somado ao enfrentamento do racismo e sexismo. Como forma de resistência Banuth e Santos (2016) falam sobre a capacidade de ressignificação, fazendo o pejorativo se tornar um emblema, assumindo uma identidade afirmativa que reforça a autoestima e confiança, tornando-se um lugar de resistência.

### *Subjetividades*

A subjetividade parte do princípio de individuação, uma relação entre o sujeito e a sua interioridade, independente das suas condições históricas (TORRE; AMARANTE, 2001). Com isso, diversas formas de resistir e enfrentar foram pensadas de forma individual, ignorando ou fugindo da dor, pensando além da universidade ou utilizando substâncias psicoativas como estratégia de permanência no espaço acadêmico.

As formas de lidar com as situações expostas foram as mais diversas, entre elas a forma subjetiva em que cada uma das pessoas do grupo construíram as suas estratégias externas à universidade. Valeria Santos relata que uma das suas saídas foi a ajuda espiritual: [...] eu procurei uma ajuda espiritual, eu fui procurar o candomblé e eu

fui atrás do espiritismo [...], enquanto Maria Clara Araújo foi [...] aula de dança, fiz aula de teatro, entrei no curso técnico de música e isso me movimentou a estar mais interligado a minha saúde mental [...].

Outras estratégias também foram utilizadas:

[...] eu vou ter que trabalhar o dobro pra chegar naquele mesmo lugar que eu deveria saber, então é uma dificuldade muito grande você ficar no curso, principalmente no curso de exatas que semestre por semestre você vai tendo coisas para aprender e você não sabe e você vai ter que se virar, vai ter que perder noite, vai ter que conversar com amigo, vai ter que perder muito tempo pra aprender uma coisa que você já deveria saber no curso.

Acima, Thienne Czizewesk se refere ao fato de ter tido atrasos em sua formação e por isso, estudar em dobro, perder noites, se esforçar e trabalhar ainda mais, foi uma das suas estratégias para resistir aos desafios e enfrenta para permanecer.

### *Atividades extracurriculares*

As atividades extracurriculares são experiências que compõem a trajetória acadêmica do universitário, se relacionando de forma direta ou indireta à prática acadêmica, como aulas, pesquisas, relacionamento com professores e colegas. Entre essas atividades, existem as monitorias, iniciações científicas, estágios, bolsa-trabalho, eventos e congressos, grupos esportivos, empresa-júnior, participação em centros acadêmicos e representação estudantil (PACHANE, 2004, FIOR; MERCURI, 2004, FIOR; MERCURI, 2009), também incluindo algumas menos formais, como grupos de estudos, idas ao restaurante universitário ou até as conversas em espaços recreativos. Entre elas, foi possível perceber como a participação em atividades extracurriculares auxiliaram no processo de permanência dos negros universitários, utilizando por diversos momentos estes espaços como forma de resistir e enfrentar.

Valeria Santos se refere a uma atividade extracurricular que o auxiliou em seus processos:

[...] o que me salvou foi a galera da Grama, que aí era um “beck” que salvava sabe? Era um momento que eu tinha para pensar, para entender mais, depois de um tempo assim e não teve uma cura eu coloquei uma atadura em cima da ferida e daí resolvi voltar para sala de aula e focar para estudar para concursos de estágios e aí hoje eu estou no Tribunal Regional Federal em um dos estágios que o pessoal de direito mais almeja, virei o Brasil que deu certo sabe? É o que as pessoas dizem “olha a Valéria Santos como tá e olha Valéria Santos no começo...”, sendo

atividades que podem ser de cunho formais e outras menos formais, mas sempre alinhadas às experiências acadêmicas.

Em contraponto Thienne Czizewski fala sobre a sua participação em eventos mais específicos da academia, e como essas atividades auxiliaram eu seu aprendizado e processo de pertencimento.

[...] é ocupar o máximo que eu puder, estar em todos os espaços possíveis do que eu gosto de fazer, frequentar os eventos da minha área, porque as vezes eu me sinto como um estranho naquele mundo, naquele grupo de pessoas, é difícil você encontrar pessoas que têm a mesma linha de pensamento [...]

Devido as situações submetidas, Fabiana Santos fala sobre o fato de utilizar as atividades extracurriculares como forma de motivação para retomar à instituição.

Eu usei o projeto como muleta, eu não acreditava mais em mim, eu queria morrer, eu não tinha mais a matrícula, eu tinha perdido a matrícula, então não tinha mais porque tá no Campus estudando. Então, criar um projeto que me aproximava de novo com a universidade, para falar do que eu estava experimentando e para ajudar, e dizendo que era para ajudar os outros, na verdade foi para me salvar do buraco que eu estava. Então era ficar nas catacumbas das catacumbas ou era fazer alguma coisa!

### *Ações institucionais*

Para auxiliar no processo de permanência na universidade é necessário que se invista em políticas específicas, principalmente quando relacionadas ao racismo institucional, o que implica em uma adequação dos serviços para o reconhecimento e valorização da diversidade e da diferença racial, cursos de capacitação e aperfeiçoamento para o combate ao racismo institucional, campanhas informativas, investimentos educacionais e outros (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2014). Entre as formas de promover estratégias de permanência apontadas pelos negros universitários, percebe-se a necessidade de investir em políticas afirmativas para o aumento do número de estudantes e professores negros, a presença de intelectuais negros para compor a grade curricular, a formação de professores, técnicos e estudantes sobre relações raciais, racismo e seus impactos e a popularização dos núcleos voltados aos cuidados sociais, psicológicos e fisiológicos.

Compreendendo o racismo como um fator estrutural, é necessário pensar como a universidade pode dialogar de forma coletiva e subjetiva com as pessoas negras,

investindo em ações que possam auxiliar no processo de permanência destes na instituição. Sendo assim, também é necessário entender que a maioria dos negros cotistas que entram na instituição, vem de instituições secundaristas públicas, não possuindo o mesmo nível e investimento educacional de instituições privadas.

Porque primeiro a gente não tem isso, eu como sou estudante de escola pública de vida inteira, eu nunca fui motivado a fazer nada nessa área de estudo, ninguém nunca chegou pra dizer oh, você pode ser um engenheiro da computação, você pode ser um engenheiro de automação, um engenheiro elétrico, você nunca vai ser motivado a fazer isso (Thienne Czizewski).

Por isso é necessário que a instituição forme os seus funcionários para compreender as dificuldades enfrentadas e as formas de reduzir esses danos. Além disso, há um preconceito disseminado com os estudantes que acessam através da política de cotas, Júlia Rocha diz: [...] e as ações afirmativas, as cotas, elas vêm para abrir a porta, mas aí você entra aqui e ainda assim você não se sente parte disso, você não sente como se fosse um direito seu justamente porque você tem todo um contexto que faz se sentir mal perante esse lugar.

A Universidade também precisa investir em bases epistemológicas que contêm outras versões da face negra:

[...] de fato a produção de conhecimento no mundo, tudo que você tem hoje de conhecimento no mundo foi usurpado, é uma produção originariamente negra e a gente precisa falar isso, a gente precisa começar a pensar nesses teóricos panafricanista, pré e pós diaspóricos, por que a gente precisa dar a pessoas negras a certeza de que elas não são incapazes [...] (Maria Clara Araújo).

Maju Coutinho fala sobre a importância de ter professores e professoras negras compondo o espaço:

É incrível como, não lembro que falou aqui de ter um professor negro, que é totalmente diferente, até a minha postura, eu sinto que... eu não sinto que eu tenho que provar algo [...]. Quando é um professor branco eu sinto o tempo todo que eu tenho que provar algo, o tempo todo, o tempo todo, e é bizarro.

Existem investimentos que precisam ser feitos, mas alguns já existem e oferecem suportes para os estudantes.

Quando as aulas iniciaram eu procurei o núcleo de apoio psicopedagógico do curso, que não são profissionais específicos para isso, são professores que se dispõem a ouvir você com questões relacionadas ao curso, foi o meio que eu joguei mais acessível e que procurei ajuda, mas que não necessariamente eu me senti ouvido com relação a isso, eu me senti um tanto quanto desacreditado (Júlia Rocha).

## UBUNTU: SOU O QUE SOU, PELO QUE NÓS SOMOS

É importante pensar no senso de luta e partilha que a população negra possui e desenvolveu ao longo dos tempos, pois, o trabalho coletivo foi uma das formas encontradas para resistir e sobreviver. Como exemplo, tem-se a organização dos movimentos sociais, principalmente o movimento negro, com senso de recuperação das raízes culturais, identitárias e garantia de direitos básicos (PINTO, 1993). Pensando nisso, surge a categoria Ubuntu, “sou o que sou, pelo que nós somos”, um dizer africano voltado ao senso comunitário e compartilhamento de valores. Esta subcategoria descreve a resistência, a permanência e as formas de enfrentamento criadas pelo grupo, onde a necessidade de unir-se a outros estudantes negros é uma estratégia de força, além da necessidade de compartilhar conhecimentos e saberes, não apenas entre os negros universitários próximos, mas para reduzir as violências entre os que virão.

Para isso, uma das soluções pensadas por Marielle Franco foi: [...] foi buscar ler, foi buscar os movimentos, busquei estar com pessoas que fossem referências negras para mim, grupo de pessoas negras para pintar em ambientes negros, eu me sinto muito confortável, eu não me sinto muito bem estar em ambientes brancos [...], tendo em vista que tanto para ela, quanto para Valéria Santos, estar entre outras pessoas negras parece nutrir um sentimento de conforto e pertença: Quando eu vim para a UNEB foi uma outra perspectiva, uma Universidade Negra né, que é situada num antigo Quilombo [...] fez lembrar que a gente não tá só aqui [...].

Também foi possível identificar que uma das formas encontradas é de compartilhar os conhecimentos adquiridos:

[...] por esse motivo eu acredito que se faça necessário que eu esteja nesse ambiente, para que mais pessoas tenham essa mesma ciência, para que elas entendam que a gente pode chegar onde a gente quiser, a gente pode fazer o que a gente quiser, a gente não precisa tá fechado naquele ciclo do que as pessoas dizem que a gente deve ser (Thienne Czizewski).

Sendo assim, segundo Maria Clara Araújo [...] tentar melhorar e dar possibilidade a outras pessoas, para que essas possibilidades também se espelham em mim e assim.

## 6. Considerações Finais

Este estudo teve como principal objetivo investigar as repercussões do racismo institucional na saúde mental de negros universitários, uma problemática inserida no contexto histórico brasileiro, que gera desigualdades estruturais em nosso território. A análise dos relatos e experiências dos participantes evidenciou que as Instituições de Ensino Superior, apesar dos avanços em políticas afirmativas, ainda reproduzem diversas ações discriminatórias que impactam significativamente a permanência e o bem-estar dos negros universitários.

Os dados obtidos revelaram que o racismo institucional se manifesta de diversas formas no ambiente acadêmico, desde a deslegitimação da presença negra na universidade, passando pelo silenciamento de suas trajetórias e experiências, até a naturalização de violências materializadas e simbólicas. Esses fatores geram impactos diretos na saúde mental dos estudantes, provocando sentimentos de isolamento, ansiedade, depressão, transtornos de pânico, uso de substâncias psicoativas, ideação suicida e automutilação. O estudo corroborou a literatura existente ao demonstrar que a violência racial não apenas prejudica o desempenho acadêmico, mas também compromete a identidade e a autoimagem dos negros universitários, refletindo-se em dificuldades para a adaptação e permanência no ambiente universitário.

Outro aspecto fundamental identificado foi a forma como os negros universitários constroem estratégias de resistência e enfrentamento frente às adversidades institucionais. Diante das dificuldades impostas pelo racismo institucional, traçam estratégias individuais e coletivas para tentar permanecer no ambiente universitário. A formação de redes de apoio entre pares, a participação em coletivos negros, a valorização das próprias narrativas e a busca por espaços de acolhimento e pertencimento emergiram como mecanismos essenciais para minimizar os efeitos do racismo e fortalecer sua permanência nas IES. Além disso, muitos estudantes participavam de atividades extracurriculares, eventos acadêmicos, centros estudantis e rodas de conversa, criando os próprios espaços de diálogo e resistência. Esses espaços de socialização e trocas coletivas funcionavam como forma de proteção, permitindo que os negros universitários possam reivindicar e confrontar uma estrutura acadêmica que é excludente. Além disso, foi possível perceber como estes estudantes se preocupam com as gerações futuras, tornando-se um elo fundamental para que mais negros ingressem e concluam a graduação.

Com isso, é importante que as IES adotem medidas efetivas para combater o racismo institucional e promover um ambiente verdadeiramente inclusivo. Para isso, é preciso pensar e investir na implementação de políticas de combate ao racismo que ultrapassem o discurso e tragam ações concretas, como formação continuada de docentes e técnicos-administrativos em relações raciais, ampliação das políticas de permanência para estudantes negros, fortalecimento dos espaços institucionais de acolhimento psicológico e garantia de representatividade negra nos diversos órgãos decisórios das universidades. Além disso, a ausência de um suporte psicológico adequado para lidar com o sofrimento psíquico gerado pelo racismo institucional se mostrou como um problema recorrente neste espaço. O fortalecimento de serviços de atendimento psicológico com profissionais preparados para lidar com as especificidades da população negra é um passo essencial para garantir um ambiente acadêmico mais justo e menos adoecedor.

É importante ressaltar que o tempo foi um fator limitante para o aprofundamento de algumas questões abordadas na pesquisa, mas existem possibilidades de futuras investigações que possam expandir e detalhar ainda mais as repercussões do racismo institucional e suas consequências na saúde mental e no desempenho acadêmico dos negros universitários.

Gostaria de ressaltar como o grupo foi uníssono em seus depoimentos: a história de um era a história de todos. Como ouvi certa vez do Mestre Valter da Mata em uma de nossas conversas: “Mesmo que as pessoas negras não se conheçam, suas histórias de vida se atravessam”. O grupo se formou de maneira acolhedora, sem divergências, e demonstrou que, por meio da troca de depoimentos, uma afinidade foi construída ali.

O tema do racismo é extremamente sensível e leva a pessoa negra a reviver situações de dor que são recorrentes. Em um momento do grupo focal, uma das participantes passou por um episódio de instabilidade emocional e precisou se retirar, pois não conseguia mais compartilhar suas dores naquele espaço. No entanto, o grupo prestou todo o suporte necessário, além de contar com o suporte de profissionais da psicologia de prontidão para qualquer eventualidade.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de aprofundar as discussões sobre o racismo institucional no ensino superior, ampliando a produção acadêmica sobre a temática e incentivando novas pesquisas que explorem outras dimensões desse fenômeno. A luta por uma universidade antirracista não pode ser responsabilidade apenas dos estudantes negros, mas sim um compromisso coletivo de toda a comunidade

acadêmica. Somente por meio da reflexão crítica, da ação política e da reestruturação das práticas institucionais será possível transformar as universidades em espaços verdadeiramente democráticos, equitativos e acolhedores para todos. É essencial reconhecer que, enquanto o racismo for naturalizado dentro do meio acadêmico, esse ambiente continuará sendo um espaço de opressão. O reconhecimento dessa realidade é o primeiro passo para que novas estratégias sejam pensadas e implementadas, garantindo a permanência, o bem-estar e o sucesso acadêmico dos estudantes negros.

## Referências

ADICHE, C. N. **O perigo da história única**. Tradução: Julia Romeu. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Letramento, 2018.

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALEXANDER, J. **Trauma cultural e identidadcolectiva**. In: Trauma, cultura e história: reflexiones interdisciplinarias para elnuevomilenio / ed. Francisco A. Ortega Martínez. – Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Centro de EstudiosSociales, 2011.

ALVES, M. C.; JESUS, J. P.; SCHOLZ, D. Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 106, p. 869-880, Sept. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042015000300869&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042015000300869&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 de fev. 2020.

ANTONIAZZI, A. S.; DELL'AGLIO, D. D.; BANDEIRA, D. R. O conceito de coping: uma revisão teórica. **Estudos de Psicologia (Natal)**, Natal, v. 3, n. 2, p. 273-294, jul./dez. 1998.

ARANTES, P. C. C.; DEUSDARÁ, B. Grupo focal e prática de pesquisa em Análise do Discurso: metodologia em perspectiva dialógica. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, 2017, p. 791-814.

ASCHIDAMINI, I. M.; SAUPE, R. Grupo focal – estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico. **Revista Cogitare Enfermagem**. v. 6, n. 1, 2004.

BACKES, D. S.; COLOMÉ, J. S.; ERDMANN, R. H.; LUNARDI, V. L. **Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas**. O Mundo da Saúde, São Paulo: 2011.

BANUTH, R. F.; SANTOS, M. A. Vivências de discriminação e resistência de uma prostituta negra. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 763-776, jul./set. 2016.

BAILER, C; TOMICH, L. M. B.; D'ELY, R. C. S. Planejamento como processo dinâmico: a importância do estudo piloto para uma pesquisa experimental em linguística aplicada. **Revista Intercâmbio**. v. XXIV: 129-146, 2011. São Paulo.

BATISTA, L. E. **Mulheres e homens negros: saúde, doença e morte** – Araraquara, 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras.

BATISTA, L. E. Masculinidade, raça/cor e saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 71-80, Mar. 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232005000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000100013&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 de fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**: uma política para o SUS. – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. 44 p.

BRASIL. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Temático Saúde da População Negra**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2016. (Painel de Indicadores do SUS, v. 7, n. 10).

BRAVE HEART, M. Y. H. Gender Differences in the Historical Trauma Response among the Lakota. **Journal of Health and Social Policy**. n. 10, v. 4, 1999, p. 1–21.

BRAVEMAN, P. Health disparities and health equity: concepts and measurement. **Annu Rev Public Health**. v. 27, 2006, p. 167-194.

BUNCHAFT, A. F.; GONDIM, S. M. G. Grupos focais na investigação qualitativa da identidade organizacional: exemplo de aplicação. **Rev. Estudos de Psicologia**, PUC-Campinas, v. 21, n. 2, p. 63-77, maio/agosto 2004.

CLOTET, J. Por que Bioética?. **Revista Bioética**. v. 1, n. 1. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 466**. 2012. Disponível em: [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html). Acesso em: 22 de out. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 510**. 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 22 de out. 2019.

COSTA, G. S. Grupos focais: um novo olhar sobre o processo de análise das interações verbais. **Revista Intercâmbio**, v. XXV: 153-172, 2012. São Paulo.

COULON, A. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez., 2017.

DEUSDARÁ, B.; ARANTES, P. C. C. Grupo focal e prática de pesquisa em AD: metodologia em perspectiva dialógica. **Revista de estudos da Linguagem** 25 (2), 791-814, 2017.

DIAS, C. A. GRUPO FOCAL: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação & Sociedade: Estudos**. v. 10, n. 2, 2000, p. 141-158.

DOLMANS, D. et al. Solving problems with groupwork in problem-based learning: hold onto the philosophy. **Medical Education**, v. 35: 884-889, 2001.

EVELLE, M. **Nunca fui tímida, fui silenciada**. 2017. Disponível em: <https://moniqueevelle.com.br/blog/nuncafuitimidafuisilenciada>. Acesso em: 22 fev. 2020.

FIOR, C. A.; MERCURI, E. Formação universitária: o impacto das atividades não obrigatórias. In: MERCURI, E.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs.). **Estudante universitário: características e experiências de formação**. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004. p. 129-154.

FIOR, C. A.; MERCURI, E. Formação universitária e flexibilidade curricular: importância das atividades obrigatórias e não obrigatórias. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 29, p. 191-215, 2009.

FONTANELLA, B. J. B.; CAMPOS, C. J. G.; TURATO, E. R. Coleta de Dados na Pesquisa Clínico-Qualitativa: uso de entrevistas não dirigidas de questões abertas por profissionais da saúde. **RevLatinoam Enfermagem**. v. 14, n. 5, 2006.

GOMES, M. E. S.; BARBOSA, E. F. A Técnica de Grupos Focais para Obtenção de Dados Qualitativos. **Educativa**. 1999.

GORDEN, R. L. **Interviewingstrategy, techniques, andtactics**. Homewood: Dorsey, 1980.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Estatuto da Igualdade Racial**. 2017. Disponível em: <https://www.sepromi.ba.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/estatuto-igualdade-racial.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2019.

GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, 2003, p. 93-107.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

GUIMARÃES, M. A. C.; PODKAMENI, A. B. Racismo: um mal-estar psíquico. In: BATISTA, L. E.; WERNECK, J.; LOPES, F. (Org.). **Saúde da População Negra**. 2ª. ed. Brasília, DF: ABPN Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012, p. 224-239.

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. IPEA, Brasília, 2001.

HERMAN, A. **A idéia de decadência na história ocidental**. Rio de Janeiro, 1999.

HOOKS, B. **Vivendo de amor**. 1994.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Tradução: Jess Oliveira. - 1ª. ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACERDA, R. S. et. al. Fatores que interferem nas disparidades raciais em saúde: impacto do trauma histórico, status socioeconômico e racismo sobre a saúde. **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8, jul.–out. 2012, p. 97-113.

LAGES, S. R. C. et al. Pesquisas em Psicologia Social no Campo da Saúde da População Negra no Brasil. **Rev. Psicol. UNESP**, Assis, v. 13, n. 1, p. 1-10, jan. 2014. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-90442014000100001&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442014000100001&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 12 de fev. 2020.

LERVOLINO, S. A.; PELICIONI, M. C. F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **RevEscEnf USP**, v. 35, n. 2, jun, 2001, p.115-21.

LEECH, N. L.; ONWUEGBUZIE, A. J. Qualitative data analysis: a compendium of techniques and a framework for selection for school psychology research and beyond. **School Psychology Quarterly**, v. 23(4): 587-604, 2008.

LINO, T. R. O lócus enunciativo do sujeito subalterno: fala e emudecimento. **Anuário de Literatura**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 74–95, 2015. DOI: 10.5007/2175-7917.2015v20n1p74.

MANFRIM et al. **Livro de teoria e atividades** n. 16 - vol.2. Linguagens, códigos, ciências humanas e suas tecnologias, 2015.

MANFRIM et al. **Livro de teoria e atividades** n. 17 - vol.2. Linguagens, códigos, ciências humanas e suas tecnologias, 2015.

MENDES, L. N. S. Grupo focal como técnica de coleta de dados na pesquisa qualitativa. **Pesquisa em Pós-Graduação – Série Educação – N° 9**.

MILLWARD, L. J. Grupos Focais. Tradução: Felipe Rangel Elizalde. In: BREAKWELL, G. M. et al. (Orgs). **Métodos de pesquisa em psicologia**. 3ª ed. Porto alegre: Artmed: 2010.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOREIRA, A. J. **O que é: Racismo Recreativo?**. . Belo Horizonte - MG. Letramento: Justificando, 2018.

MORGAN, D. L. **Focus groups as qualitative research**. London: Sage, 1997.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 2003.

NAVASCONI, P. V. P.; MOSCHETA, M. S. A formação em Psicologia e políticas públicas: uma discussão sobre o suicídio de jovens LGBTTs negros/as. In: ZANIANI, E. J. M.; BORGES, R. F. (Org.). **Psicologia e políticas públicas: perspectivas e desafio para a formação e atuação**. Maringá: Eduem. 2020, p. 209-230.

NEVES, M. A concepção de raça humana em Raimundo Nina Rodrigues. **Filosofia e História da Biologia**, v. 3, 2008, p. 241-261.

NOGUEIRA, I. B. **A Saúde Psíquica da População Negra**. s.d.

NOGUEIRA, J. K.; FELIPE, D. A.; TERUYA, T. K. **Conceitos de gênero, etnia e raça: reflexões sobre a diversidade cultural na educação escolar**. 2008.

OLIVEIRA, A. A. R.; LEITE FILHO, C. A. P.; RODRIGUES, C. M. C. **O Processo de Construção dos Grupos Focais na Pesquisa Qualitativa e suas Exigências Metodológicas**. Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA FILHO, P.; SANTOS, I. O.; SOARES, M. B. Racialismo e antirracismo em discursos de estudantes universitários. **Rev. psicol. polít.** vol.10, nº.19. São Paulo. 2010.

ONWUEGBUZIE, A. J. et al. **A qualitative framework for collecting and analyzing data in focus group research**. International Institute for Qualitative Methodology, 2009. Disponível em: <http://ejournals.library.ualberta.ca/index.php/IJQM/article/viewFile/4554/5593>. Acesso em: 31 de out. 2019.

PACHANE, G. G. (2004). A experiência universitária e sua contribuição ao desenvolvimento pessoal do aluno. MERCURI, E.; POLYDORO, S. A. J. (Org.). **Estudante Universitário: Características e Experiências de Formação**, Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004, p. 155-186.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-130.

RESSEL, L. B.; BECK, C. L. C.; GUALDA, D. M. R.; HOFFMANN, I. C.; SILVA, R. M.; SEHNEM, G. D. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 17, n. 4, outubro-diciembre, 2008, pp. 779-786.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte - MG. Letramento: Justificando, 2017.

SANTOS FILHO, A. **O envolvimento dos estudantes em atividades acadêmicas fora da sala de aula**. Relatório de pesquisa, 2016.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (Organizadora). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Coleção Psicologia Social. 8ª Edição. Editora Vozes Ltda. Petrópolis - RJ, 2008, p.97-118.

SCHUCMAN, L. V. **Porque queremos olhos azuis?** 2017. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=HFNJnAmDxA0&ab\\_channel=RedeTVT](https://www.youtube.com/watch?v=HFNJnAmDxA0&ab_channel=RedeTVT). Acesso em: 25 fev. 2020.

SILVA, M. L. Racismo e os efeitos na saúde mental. In: BATISTA, L. E.; KALCKMANN, S. (Org.). **Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2004, p. 129-132.

SILVA, J. R. S.; ASSIS, S. M. B. Grupo focal e análise de conteúdo como estratégia metodológica clínica-qualitativa em pesquisas nos distúrbios do desenvolvimento. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v. 10, n. 1, 2010, p. 146-152.

SILVA, R. P. **Trauma Cultural e sofrimento social: do banzo às consequências psíquicas do racismo para o negro**. 2003. Disponível em: [//www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488493521\\_ARQUIVO\\_Traumassocialesofreimentocultural.pdf](http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488493521_ARQUIVO_Traumassocialesofreimentocultural.pdf). Acesso: 12 de fev. 2019.

SILVA SANTOS, D. J. et al. Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental Press J Orthod**, 2010.

SOTERO, M. M. A conceptual model of historical trauma: Implications for Public Health practice and research. **Journal of Health Disparities Research and Practice**. v. 1, n.1, 2006, p. 93-108.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

STEIN, G. **Ranking das Faculdades com Maior (e Menor) Diversidade Racial**. Quero Educação. 26, set de 2016. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/diversidade-racial-nas-faculdades>. Acesso em: 24 de fev. 2020.

STEVENS, P. E. Focus Groups: Collecting Aggregate-Level Data to Understand Community Health Phenomena. **Public Health Nursing**. 13(3): 170–6. 1996.

TAVARES, J. S. C.; KURATANI, S. M. A. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 2019, v. 39, 1-13.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev. Saúde Pública**. v. 39, n.3, 2005, p.507-14.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

WILKINSON, S. **Focus group methodology: a review**. International Journal of Social Research Methodology, v. 1(3): 181-203, 1998.

ZAMORA, M. H. R. N. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. **Fractal, Rev. Psicol.** Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, Dec. 2012, p. 563-578.

## Apêndices

### APÊNDICE A

# As repercussões do Racismo Institucional na Saúde Mental de estudantes negros universitários

Este Instrumento será utilizado como forma de produção de dados para o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: As repercussões do Racismo Institucional na Saúde Mental de estudantes negros universitários.

Será realizado pelo Estudante de Psicologia da Universidade do Estado da Bahia, Adelmo dos Santos Filho, sob Orientação de Camila Barreto Bonfim e Co-orientação de Jeane Saskya Campos Tavares.

### Antes de preencher, verifique se você se encaixa nos critérios de inclusão:

Ser estudante da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus I;  
Ser uma pessoa autodeclarada negra;  
Possuir idade maior que 18 anos;  
Possuir idade menor que 60 anos;  
Já ter cursado 4 semestres.

### Saiba um pouco mais sobre a sua participação:

O preenchimento deste Instrumento implica em uma possível participação na Pesquisa, sendo esta através de um grupo focal com cerca de 9 pessoas. Para isso, você deve apresentar disponibilidade para estar presente em um encontro com duração média de duas horas, com dias e horários acordados antecipadamente. Caso seja necessário, um atestado de presença poderá ser disponibilizado.

### Sobre o seu anonimato:

É preciso informar que o conteúdo apresentado neste Instrumento, será mantido em absoluto sigilo.

## Dados iniciais

Aqui você preencherá alguns dos seus dados, tendo em vista que isto implicará em uma possível participação na entrevista, em formato de grupo.

Qual o seu nome completo? \*

Sua resposta

Qual a sua idade? \*

Sua resposta

Nos passe o seu contato de e-mail: \*

Sua resposta

E também o seu contato telefônico, preferencialmente WhatsApp: \*

Sua resposta

Como você identifica o seu gênero? \*

Mulher Trans

Homem Trans

Mulher Cis

Homem Cis

Outro: \_\_\_\_\_

Qual a sua orientação sexual? \*

Sou Gay

Sou Lésbica

Sou Bissexual

Sou Panssexual

Sou Heterossexual

- Sou Bissexual
- Sou Panssexual
- Sou Heterossexual
- Outro: \_\_\_\_\_

De qual cidade você veio? \*

Sua resposta \_\_\_\_\_

Se não for de Salvador, o que lhe trouxe até aqui?

Sua resposta \_\_\_\_\_

Você ingressou na UNEB através de alguma política afirmativa?

\*

- Cotas
- Sobrevagas
- Nenhuma
- Outro: \_\_\_\_\_

Qual graduação você cursa? \*

Sua resposta \_\_\_\_\_

E está em qual semestre? \*

Sua resposta \_\_\_\_\_

Em que ano você iniciou os seus estudos na UNEB? \*

Sua resposta \_\_\_\_\_

Qual o seu turno de aulas? \*

Sua resposta \_\_\_\_\_

# As repercussões do Racismo Institucional na Saúde Mental de estudantes negros universitários

## Hora de finalizar

Agradecemos pela sua contribuição, entraremos em contato em breve. Em caso de dúvidas pode entrar em contato através do e-mail: [adelmodsf@outlook.com](mailto:adelmodsf@outlook.com)

Tem algo que queira acrescentar?

Sua resposta

---

## APÊNDICE B



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUS I  
COLEGIADO DE PSICOLOGIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

ESTA PESQUISA SEGUE OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS  
CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

**I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Nome do Participante: \_\_\_\_\_  
 Documento de Identidade no: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
 Gênero: Feminino ( ) Masculino ( ) Outro ( )  
 Endereço: \_\_\_\_\_ Complemento: \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
 Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

**II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:**

1. **TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA:** As repercussões do Racismo Institucional na Saúde Mental de estudantes negros universitários
2. **PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** Camila Barreto Bonfim  
**Cargo/Função:** Professora da Universidade do Estado da Bahia

**III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:**

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: As repercussões do Racismo Institucional na Saúde Mental de estudantes negros universitários, de responsabilidade da pesquisadora Camila Barreto Bonfim, docente da Universidade do Estado da Bahia que tem como objetivo identificar como a discriminação racial pode repercutir na saúde mental de estudantes negros universitários. A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios gerando cuidados com a saúde mental dos estudantes universitários negros, preparando as instituições para recebe-los, auxiliando em seus processos de adaptação, afiliação e permanência. Caso aceite o Senhor(a) será entrevistado(a) por via de um grupo focal, sendo esta gravada em áudio pelo aluno Adelmo dos Santos Filho do curso de graduação em Psicologia. Outros estudantes de graduação poderão participar desta etapa com a finalidade de serem auxiliares do pesquisador assistente. A coleta de informações envolve riscos potenciais para a dimensão psíquica. Você poderá sentir desconforto ao lembrar de situações que envolvem o racismo institucional. Poderá também se sentir constrangido ao ter que falar sobre situações em que se sentiu discriminado. Caso se sinta constrangido ou com desconforto, poderá desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para você. Além disso, caso você concorde, estaremos te encaminhando para ser atendido no Programa de Acolhimento Projeto de Aperfeiçoamento em Psicologia Clínica (Plantão

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia , aprovado sob numero de parecer: 3.532.154, em 26 de Agosto de 2019, consulta disponível no link: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

Psicológico) do Serviço de Psicologia da UNEB. Este programa acolhe estudantes com qualquer tipo de sofrimento psíquico e estará recebendo os participantes desta pesquisa. Desta forma, estaremos lhe garantindo assistência de forma integral, imediata e gratuita. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e portanto o Sr (a) não será identificado (a). Caso queira o (a) senhor (a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a Instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor (a) apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e o Sr (a) caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira o Sr (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma via deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

#### V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** Camila Barreto Bonfim

**Endereço:** Rua Silveira Martins, 2555 – Cabula, Salvador- BA **Telefone:** (71)99129-7032

**E-mail:** bonfimcamila@yahoo.com.br

**Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB** Rua Silveira Martins, 2555, Prédio da Reitoria, 1º andar-Cabula, Salvador- BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2399 e-mail: [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)

**Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End:** SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF

#### V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador (a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa: As repercussões do Racismo Institucional na Saúde Mental de estudantes negros universitários, e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário (a) e consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a via que a mim.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_



---

Assinatura do participante da pesquisa

---

Assinatura do pesquisador discente  
(orientando)

---

Assinatura do professor responsável  
(orientador)